

Síntese Execução Orçamental **2013**

agosto

Síntese de Execução Orçamental

Publicação mensal

24 de setembro de 2013

Elaborado com Informação disponível até 23 de setembro

Direção-Geral do Orçamento

Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>

Endereço *email*: dgo@dgo.pt



1. Síntese Global.....	3
2. Administração Central e Segurança Social	5
Despesa	6
Receita	8
2.1. Administração Central	10
Despesa	10
Receita	17
Saldo	21
2.2. Segurança Social	23
Despesa	23
Receita	24
Saldo	25
3. Administração Regional.....	27
Despesa	27
Receita	27
Saldo	29
4. Administração Local	31
Despesa	31
Receita	31
Saldo	32
5. Operações com ativos financeiros.....	34
6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental	35
Serviço Nacional de Saúde	35
Dívida não financeira das administrações públicas.....	37
Despesa/receita com tratamento diferenciado em contas nacionais	38

Índice de quadros:

Quadro 1 – Saldo Global das Administrações Públicas.....	3
Quadro 2 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social	6
Quadro 3 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social e ajustamentos para comparabilidade.....	9
Quadro 4 - Despesa da Administração Central.....	10
Quadro 5 – Despesa com o pessoal da Administração Central	12
Quadro 6 - Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central	13
Quadro 7 - Despesa com juros e outros encargos da Administração Central	13
Quadro 8 – Encargos da dívida direta do Estado por instrumento – Evolução mensal e trimestral.....	14
Quadro 9 – Encargos financeiros das EPR por setor de atividade – Evolução mensal e trimestral	15
Quadro 10 - Transferências correntes e de capital da Administração Central	15
Quadro 11 – Subsídios da Administração Central	16
Quadro 12 - Despesa relativa a Investimentos da Administração Central	17
Quadro 13 - Receita da Administração Central	18
Quadro 14 - Receita fiscal do subsector Estado	19
Quadro 15 - Reembolsos relativos à receita fiscal.....	20
Quadro 16 – Saldo Global da Administração Central – principais explicações	22
Quadro 17 - Execução orçamental da Segurança Social.....	26
Quadro 18 – Execução orçamental da Administração Regional	29
Quadro 19 - Execução Orçamental dos Municípios.....	33
Quadro 20 – Despesa com ativos financeiros.....	34
Quadro 21 – Principais receitas de ativos financeiros.....	35
Quadro 22 – Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde	36
Quadro 23 – Operações com registo diferenciado em Contas Nacionais.....	38

Índice de gráficos:

Gráfico 1 – Despesa da Administração Central.....	10
Gráfico 2 - Despesa primária da Administração Central.....	10
Gráfico 3 - Despesa com pessoal da Administração Central.....	11
Gráfico 4 – Receita Fiscal do Estado – Evolução da tvha (%)	19
Gráfico 5 – Saldo global da Administração Central – Valores acumulados.....	21
Gráfico 6 – Despesa da Segurança Social	23
Gráfico 7 – Contribuições e quotizações e prestações sociais.....	24
Gráfico 8 – Receita da Segurança Social	25
Gráfico 9 - Saldo global da Segurança Social - valores acumulados	25
Gráfico 9 – Despesa efetiva RAA	27
Gráfico 10 – Despesa efetiva RAM	27
Gráfico 11 – Receita efetiva RAA	29
Gráfico 12 – Receita efetiva RAM	29
Gráfico 13 - Saldo Global da RAA.....	30
Gráfico 14 – Saldo Global da RAM.....	30
Gráfico 15 – Despesa Efetiva - Valores Acumulados	32
Gráfico 16 – Despesa Bens e Serv. e de Capital - Valores Acumulados	31
Gráfico 17 – Receita Efetiva – Valores Acumulados	33
Gráfico 18 – Receita Fiscal – Valores Acumulados	32
Gráfico 19 - Saldo Global dos Municípios	33
Gráfico 20 – Passivo da Administração Central e Administração Regional – Stock em final de período.....	37
Gráfico 21 - Pagamentos em atraso das Administrações Públicas – Stock em final de período.....	38

- O **défice provisório das administrações públicas**, relevante para efeitos de aferição do cumprimento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF)¹, ascendeu a € 4.794,8 milhões até agosto.

Quadro 1 – Saldo Global das Administrações Públicas

	€ Milhões					
	Execução 2012	I trim. 2013	II trim. 2013	julho 2013	agosto 2013	III trim. 2013
Limites do PAEF	-9.028	-1.900	-6.000			-7.300
Saldo das Administrações Públicas (Contabilidade Pública)	-7.134,6	-1.435,4	-4.055,8	-5.644,3	-5.457,3	
Administração Central	-8.048,8	-1.469,4	-4.434,9	-5.520,0	-5.471,2	
Estado	-8.896,0	-1.852,0	-4.851,2	-5.696,6	-6.027,3	
Serviços e Fundos Autónomos excluindo EPR	1.682,1	772,5	1.014,6	790,8	1.112,5	
Entidades Públicas Reclassificadas	-834,9	-390,0	-598,4	-614,2	-556,5	
Administração Regional	-266,0	3,7	7,4	-151,6	-474,9	
Madeira	-254,9	3,1	26,4	-144,4	-476,2	
Açores	-11,1	0,6	-19,1	-7,1	1,2	
Administração Local	748,7	-104,4	-46,3	-145,1	-2,5	
Municípios com reporte de informação	748,7	-104,0	-45,5	-142,1	4,4	
Segurança Social	431,5	134,7	418,1	172,3	491,4	
Ajustamentos PAEF						
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-93,4	0,2	-11,0	-11,1	-12,3	
Programa de regularização de dívidas do setor da saúde	1.500,0			1,0	10,5	
Fundos de pensões	-2.783,9	-48,1	-48,1	-48,1	-48,1	
PAEL - regularização de dívidas dos Municípios	13,3	132,4	271,7	310,3	326,6	
RAM - regularização de dívidas				173,4	385,7	
Saldo das Administrações Públicas (Critério de Desempenho)	-8.498,6	-1.351,0	-3.843,2	-5.218,7	-4.794,8	
Diferencial (saldo critério desempenho - limite PAEF)	529,4	549,0	2.156,8			

Notas: Os limites respeitantes ao II e III trimestres refletem a revisão ocorrida no âmbito da 7.ª revisão regular do PAEF. Valores atualizados com informação disponível até à presente data.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- O saldo da **Administração Central e Segurança Social** ascendeu a € -4.979,8 milhões (€ -4.002,9 milhões em igual período de 2012), situando-se o saldo primário em € -578,1 milhões (excedente de € 693,5 milhões no período homólogo). A evolução face ao período homólogo está influenciada por efeitos base, designadamente a receita extraordinária arrecadada em 2012 relativa à parte remanescente dos fundos de pensões das instituições de crédito e aos direitos de utilização de frequências de 4.ª geração e, no que respeita à despesa, ao pagamento de dívidas de anos anteriores na área da saúde. Na ausência desses efeitos, observar-se-ia uma melhoria do saldo global e do saldo primário de € 774,6 milhões e de € 480 milhões, respetivamente.
- O **saldo da Administração Central** situou-se em € -5.471,2 milhões (€ -4.271,6 milhões no período homólogo). O saldo primário situou-se em € -1.071,1 milhões (€ 423,0 milhões no período homólogo). A receita decresceu 1,6% e a despesa aumentou 1,8%. Na ausência dos efeitos de carácter extraordinário,

¹ Para efeitos de apuramento do saldo nos termos dos critérios PAEF são excluídas algumas operações, com destaque para os montantes relativos a regularização de dívidas no âmbito do Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira (€ 385,7 milhões) e ao abrigo do Programa de Assistência à Administração Local (€ 326,6 milhões), na despesa, e a incorporação do fundo de pensões do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (€ 48,1 milhões), na Caixa Geral de Aposentações, I.P., na receita.

enumerados no ponto anterior e que afetam diretamente este sector, a receita teria crescido 8,4%, devido à evolução da receita de impostos diretos e das contribuições para a CGA. Por sua vez, a despesa teria aumentado 5,5%, refletindo o acréscimo das transferências para a Segurança Social no âmbito da Lei de Bases e da componente do IVA Social, bem como a reposição de um subsídio na despesa com pensões e outros abonos da CGA e nas despesas com pessoal da administração central.

- O saldo global da **Segurança Social** apresentou um excedente acumulado de € 491,4 milhões até agosto, superior ao verificado no período homólogo em € 222,6 milhões. Para o aumento da receita (7,9% em termos homólogos) contribui a evolução das transferências do Orçamento de Estado (6,5 p.p.). Quanto à despesa, as prestações sociais continuam a ser a principal componente que justifica a variação homóloga de +6,6%, sobretudo por via do aumento da despesa com pensões – refletindo, em particular, o efeito da reposição de um subsídio aos pensionistas - e com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego.
- O saldo global do subsector da **Administração Regional e Local** registou um défice de € 477,4 milhões (€-2,5 milhões na Administração Local e € -474,9 milhões na Administração Regional). Excluindo o efeito da regularização de dívidas a fornecedores, no âmbito do PAEL e do empréstimo contraído pela RAM para o mesmo efeito, apurou-se um excedente orçamental de € 236 milhões para o total do subsector (€ 220 milhões em igual período de 2012).



- Os saldos global e primário da Administração Central e da Segurança Social até agosto ascenderam a € -4.979,8 milhões e € -578,1 milhões, respetivamente.

Estes valores comparam com um saldo global de € -4.002,9 milhões e com um excedente primário de € 693,5 milhões, respetivamente, em 2012. Esta evolução é determinada pelos seguintes efeitos *one-off* em 2012 e 2013: i) A contabilização, em junho de 2012, da receita associada à transmissão da parte remanescente da titularidade dos ativos dos fundos de pensões das instituições de crédito e do fundo de pensões do BPN (€ 2.783,9 milhões); ii) A receita da venda dos direitos de utilização das frequências de 4.^a geração em 2012 (€ 272 milhões); e iii) O pagamento de dívidas de anos anteriores na área da saúde (€ 1.314,9 milhões em 2012 e € 10,5 milhões em 2013).

Aqueles efeitos, tomados no seu conjunto, geram um impacto líquido no saldo global até agosto de 2012 de € -1.741 milhões e de € 10,5 milhões no saldo de 2013. Assim, excluídos aqueles fatores, o saldo global e primário teriam registado uma melhoria de € 774,6 milhões e de € 480 milhões, respetivamente, e a receita e despesa teriam observado taxas de variação homóloga de 6% e de 3,6%, respetivamente (ver quadro 3).

2. Administração Central e Segurança Social

Quadro 2 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social

	€ Milhões									
	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo	2012		2013		Variação Homóloga (%)		Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)	
	2013	Execução Mensal	Execução Acumulada	Execução Mensal	Execução Acumulada	Mensal	Acumulada			
Receita corrente	65.262,1	5.326,1	39.302,0	5.719,3	41.680,8	7,4	6,1	5,5	7,9	
Receita fiscal	35.330,9	3.110,6	21.964,0	3.018,3	22.848,5	-3,0	4,0	2,0	4,0	
Impostos diretos	15.821,6	1.110,4	8.405,0	1.151,4	10.000,5	3,7	19,0	3,7	15,9	
Impostos indiretos	19.509,3	2.000,2	13.559,0	1.866,8	12.848,0	-6,7	-5,2	-1,6	-4,0	
Contribuições de Segurança Social	18.471,8	1.433,3	11.236,0	1.551,7	11.943,2	8,3	6,3	1,6	9,5	
Outras receitas correntes	11.459,4	782,2	6.102,1	1.149,3	6.889,1	46,9	12,9	1,8	18,7	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	82,4	5,8	41,6	6,9	40,6	18,4	-2,3	0,0	24,4	
Receita de capital	2.649,2	169,3	3.889,4	140,0	865,3	-17,3	-77,8	-7,0	-54,9	
Venda de bens de investimento	187,0	2,8	7,6	5,0	38,8	76,1	411,1	0,1	1.124,6	
Transferências de Capital	1.577,8	162,3	3.430,9	130,2	686,6	-19,8	-80,0	-6,4	-65,6	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	60,9	0,5	6,2	2,7	11,8	451,9	89,1	0,0	567,2	
Outras receitas de capital	884,3	4,1	450,8	4,7	139,8	14,9	-69,0	-0,7	-30,2	
Receita efetiva	67.911,3	5.495,4	43.191,4	5.859,2	42.546,1	6,6	-1,5		2,3	
Despesa corrente	73.684,9	5.877,1	44.487,1	5.364,8	45.586,1	-8,7	2,5	2,3	6,1	
Consumo público	25.753,3	2.722,5	16.050,1	1.835,7	15.107,3	-32,6	-5,9	-2,0	4,0	
Despesas com o pessoal	12.803,2	931,9	7.756,7	1.024,3	8.103,6	9,9	4,5	0,7	8,9	
Aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes	12.950,1	1.790,6	8.293,5	811,5	7.003,7	-54,7	-15,6	-2,7	-0,4	
Subsídios	2.459,0	97,8	812,9	285,8	1.306,5	192,1	60,7	1,0	23,2	
Juros e outros encargos	7.962,3	361,1	4.696,4	296,6	4.401,7	-17,8	-6,3	-0,6	0,4	
Transferências correntes	37.510,2	2.695,7	22.927,7	2.946,6	24.770,6	9,3	8,0	3,9	7,8	
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	2.175,5	150,9	1.300,0	144,9	1.462,6	-4,0	12,5	0,3	17,7	
Despesa de capital	3.861,4	336,7	2.707,2	126,6	1.939,8	-62,4	-28,3	-1,6	-14,6	
Investimento	2.124,1	196,3	1.366,5	33,8	844,6	-82,8	-38,2	-1,1	-13,0	
Transferências de capital	1.622,9	142,5	1.324,2	86,8	1.074,6	-39,1	-18,8	-0,5	-19,5	
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	978,4	86,3	912,4	34,7	673,6	-59,8	-26,2	-0,5	-24,9	
Outras despesas de capital	114,5	-2,1	16,5	6,0	20,6	-379,1	24,8	0,0	81,3	
Despesa efetiva	77.546,3	6.213,8	47.194,3	5.491,4	47.525,9	-11,6	0,7		4,8	
Saldo global	-9.635,0	-718,4	-4.002,9	367,8	-4.979,8					
Ajustamentos PAEF										
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-88,2	-24,9	-45,4	-1,2	-12,3					
Transferência adicional para o SNS		841,0	1.314,9	9,5	10,5					
Fundos de pensões	-48,1	0,0	-2.783,9	0,0	-48,1					
Saldo global (Critério de Desempenho PAEF)	-9.771,3	97,7	-5.517,2	376,2	-5.029,7					
Despesa primária	69.583,9	5.852,7	42.497,9	5.194,7	43.124,1	-11,2	1,5			
Saldo corrente	-8.422,8	-550,9	-5.185,1	354,4	-3.905,4					
Saldo de capital	-1.212,2	-167,4	1.182,2	13,4	-1.074,5					
Saldo primário	-1.672,7	-357,3	693,5	664,5	-578,1					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos dos quais Receitas de:	19.152,4	827,8	9.193,9	67,2	3.417,0	-91,9	-62,8			
Alienação de partes de Capital	1.040,0	0,0	160,0	0,0	0,0	-	-100,0			
Passivos financeiros líquidos de amortizações	24.994,7	-1.439,6	17.475,2	2.819,8	21.088,8	-295,9	20,7			

Notas:

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

O valor das rubricas residuais de receita do Objetivo 2013 foi revisto, por ajustamento de classificação entre "outras receitas de capital" e "outras receitas correntes".

Os valores negativos resultam de operações de consolidação.

Fonte: Ministério das Finanças e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

DESPESA

- A despesa da Administração Central e da Segurança Social cresceu 0,7%, enquanto a despesa primária aumentou 1,5%. Excluindo o efeito decorrente da regularização de dívidas de anos anteriores na área da saúde até agosto, que ascendeu a € 1.314,9 milhões em 2012 e € 10,5 milhões em 2013, a despesa e a



despesa primária teriam crescido 3,6% e 4,7% em termos homólogos (ver quadro 3), respetivamente, resultados que comparariam com 3,8% e 4,9% até julho². Esta evolução encontra-se favoravelmente determinada pela queda mais pronunciada do investimento, designadamente da despesa na área das concessões e investimentos rodoviários.

- As **despesas com o pessoal** aumentaram 4,5% em termos homólogos acumulados, o que é justificado sobretudo pelo pagamento de um subsídio por duodécimos e pela atualização dos encargos patronais com a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) e Segurança Social.
- A **despesa com bens e serviços e as outras despesas correntes** apresentam uma redução de 15,6%, mais pronunciada do que a verificada até julho (por memória, -4,8%). Esta evolução resulta do efeito base da regularização de dívidas de anos anteriores na área da saúde, por conta da transferência extraordinária inscrita no primeiro orçamento retificativo de 2012 para aquele efeito. Na ausência deste efeito, esta rubrica de despesa teria crescido 0,2%, determinada pelo aumento da despesa regular com os estabelecimentos de saúde e com os contratos-programa estabelecidos com hospitais do Setor Empresarial do Estado.
- A despesa com **juros e outros encargos** decresceu 6,3% (-5,3% até julho), o que é determinado sobretudo pela evolução da componente que respeita à dívida direta do Estado (-5,1%). Está essencialmente em causa o efeito da amortização, em julho de 2012, de uma obrigação emitida ao abrigo do programa *EMTN - Euro Medium Term Notes*, bem como o facto de não ter ocorrido nenhuma amortização de Bilhetes do Tesouro em agosto de 2013 (ao contrário do verificado em 2012).

Ainda que com um menor contributo para a variação homóloga desta rubrica de despesa, é de salientar a redução dos encargos financeiros das empresas públicas na área dos transportes, na sequência de liquidações antecipadas de contratos de derivados de taxa de juro. A inflexão verificada no comportamento desta componente (decréscimo de 8,2% até agosto, que compara com um crescimento de 5,8% até julho) é justificada pela correção de um registo pela Metropolitano de Lisboa, E.P.E.³ efetuada em agosto.

- As **transferências correntes** cresceram 8% (7,9% até julho), resultado atribuível sobretudo ao pagamento em duodécimos de um subsídio aos beneficiários do sistema de pensões gerido pela Caixa Geral de Aposentações, I.P. e do regime geral de segurança social (crescimento de 11,5% e de 10,1%, respetivamente), por um lado, e à evolução da despesa com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego (aumento de 9,8%), por outro. De salientar, quanto a esta última despesa, o abrandamento do crescimento que tem vindo a observar-se desde junho (por memória, crescimento de 11,8% e 10,5% em junho e julho, respetivamente).
- A despesa com **subsídios** cresceu 60,7%, influenciado pelo aumento da despesa da Segurança Social com ações de formação profissional financiadas pelo Fundo Social Europeu – cujos encargos foram, em parte, reclassificados para esta rubrica de despesa⁴.

² Refira-se que a execução orçamental até julho esta influenciada pela ausência de reporte de informação e correção de registos na execução orçamental por parte de alguns organismos autónomos com reflexo nas rubricas de pessoal, aquisição de bens e serviços e subsídios.

³ A correção traduziu-se na eliminação, na informação orçamental de agosto, de um valor que havia sido indevidamente considerado em duplicado no reporte dessa informação relativo ao mês de julho.

⁴ Por recomendação do Tribunal de Contas, as verbas afetas pela Segurança Social a outros subsectores das administrações públicas para a prossecução de ações de formação profissional passaram, em 2013, a ser contabilizadas em subsídios quando, em 2012, eram registadas em transferências.

2. Administração Central e Segurança Social

- A despesa de **investimento** decresceu 38,2% até agosto, tendo contribuído, em maior medida, para este resultado a redução da despesa de investimento realizada pela Parque Escolar, E.P.E. na rede pública escolar. A redução é mais acentuada do que a verificada até julho (por memória, -30,7%), o que é justificado pelo padrão de execução da EP – Estradas de Portugal, S.A..
- A queda registada ao nível das **transferências de capital**, de 18,8% (16,4% até julho), é justificada pela diferente repartição entre natureza corrente e de capital das verbas transferidas a título de Fundo de Estabilização Financeira, ao abrigo da Lei de Finanças Locais.

RECEITA

- A **receita** até agosto decresceu 1,5% em termos homólogos (-2,7% até julho), evolução determinada pela contabilização, em junho de 2012, da receita associada à transmissão da titularidade dos ativos de fundos de pensões de instituições de crédito e da receita da venda dos direitos de utilização das frequências da 4.ª geração em 2012.

Excluindo estes efeitos base, a receita teria crescido 6% face ao período homólogo de 2012 (ver quadro 3). Face ao mês precedente, verifica-se uma ligeira melhoria deste indicador (por memória, crescimento de 5,9% até julho) essencialmente justificada pela inflexão do comportamento das transferências para a Segurança Social com proveniência no Fundo Social Europeu.

- A **receita fiscal** da Administração Central e da Segurança Social cresceu 4% até agosto, resultado que se traduz numa desaceleração relativamente ao mês precedente (por memória, crescimento de 5,2%). A receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) registaram crescimentos de 30,1% e 6,1%, o que compara positivamente com os objetivos de crescimento inscritos na alteração à Lei do OE/2013.
- A receita acumulada dos **impostos diretos** cresceu 19% face a igual período do ano anterior, resultado que é determinado pelo aumento da receita do IRS - e, em menor grau, da receita de IRC -, o qual é atenuado pelo efeito base associado à receita arrecadada ao abrigo do Regime Excecional de Regularização Tributária (RERT III).

Para o comportamento da receita de IRS contribuiu o efeito decorrente do aumento das retenções na fonte - em resultado da aplicação das tabelas de retenção na fonte sobre os rendimentos do trabalho dependente e pensões, bem como do crescimento das retenções que incidem sobre os rendimentos de capitais e prediais -, acompanhado do impacto positivo resultante do reforço do controlo sobre as retenções na fonte entregues por entidades empregadoras. Esta evolução refletiu ainda resultado do processo de liquidação do IRS referente ao exercício de 2012.

Até agosto de 2013, a receita de IRC cresceu 6,1%, em termos homólogos, o que contrasta com a queda de 3,1% prevista na alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2013 para o conjunto do ano.

- A receita dos **impostos indiretos** apresenta uma variação de -5,2%, em termos homólogos (-5% até julho). Este resultado é essencialmente justificado pela evolução da receita do Imposto sobre o Valor Acrescentado, decorrente do aumento dos reembolsos aos agentes económicos, designadamente às empresas exportadoras. Com efeito, até agosto, os reembolsos do IVA aumentaram 7,9%, sendo que até julho cresciam já 4,4%, em termos homólogos.

2. Administração Central e Segurança Social

- A **receita de contribuições** dos sistemas de segurança social cresceu 6,3% até agosto, determinada pela evolução das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) (6% até julho), o que é atribuível ao facto de o correspondente padrão intra-anual de execução estar dependente da distribuição temporal dos pagamentos realizados pelas entidades empregadoras ao longo do período legal estabelecido para o efeito.

De salientar que a receita de contribuições para a Segurança Social tem vindo a apresentar, desde maio, um aumento, ainda que ligeiro.

- A **receita não fiscal** decresceu 22,4% (-28,5% até julho). Excluindo os efeitos já referidos da contabilização do património de fundos de pensões de instituições de crédito e da receita da venda dos direitos de utilização das frequências da 4.ª geração em 2012, a receita não fiscal teria crescido 11,8% justificado sobretudo pelo aumento de dividendos do Banco de Portugal, de juros de obrigações de capital contingente (*coco bonds*) e da receita da Segurança Social proveniente do Fundo Social Europeu. A inflexão do comportamento desta última componente (crescimento de 7,4%, que compara com o decréscimo de 0,8% até julho) determinou a aceleração da receita não fiscal face ao mês precedente (por memória, crescimento de 8%).

Quadro 3 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social e ajustamentos para comparabilidade

	Execução real				Ajustamentos 2012				Ajustamentos 2013	Execução ajustada			
	2012	2013	Vha (%)	Contrib. VH (pp)	Fundos Pensões	Licenças 4G	Dívidas SNS	Dívidas SNS	2012	2013	Vha (%)	Contrib. VH (pp)	
													€ Milhões
Receita	43.191,4	42.546,1	-1,5	-1,5	-2.783,9	-272,0	0,0	0,0	40.135,5	42.546,1	6,0	6,0	
Receita fiscal	21.964,0	22.848,5	4,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21.964,0	22.848,5	4,0	2,2	
Impostos diretos	8.405,0	10.000,5	19,0	3,7					8.405,0	10.000,5	19,0	4,0	
Impostos indiretos	13.559,0	12.848,0	-5,2	-1,6					13.559,0	12.848,0	-5,2	-1,8	
Contrib. Segurança Social, CGA e ADSE	11.236,0	11.943,2	6,3	1,6					11.236,0	11.943,2	6,3	1,8	
Receita não fiscal	9.991,5	7.754,4	-22,4	-5,2	-2.783,9	-272,0			6.935,6	7.754,4	11,8	2,0	
Despesa	47.194,3	47.525,9	0,7	0,7	0,0	0,0	-1.314,9	-10,5	45.879,4	47.515,4	3,6	3,6	
Despesa corrente	44.487,1	45.586,1	2,5	2,3			-1.314,9	-10,5	43.172,2	45.575,6	5,6	5,2	
Despesa corrente primária da qual:	39.790,7	41.184,4	3,5	3,0	0,0	0,0	-1.314,9	-10,5	38.475,9	41.173,9	7,0	5,9	
Despesas com o pessoal	7.756,7	8.103,6	4,5	0,7					7.756,7	8.103,6	4,5	0,8	
Aqu. bens serviços e outras desp. correntes	8.293,5	7.003,7	-15,6	-2,7			-1.314,9	-10,5	6.978,6	6.993,2	0,2	0,0	
Juros e outros encargos	4.696,4	4.401,7	-6,3	-0,6					4.696,4	4.401,7	-6,3	-0,6	
Despesa de capital	2.707,2	1.939,8	-28,3	-1,6					2.707,2	1.939,8	-28,3	-1,7	
Saldo global	-4.002,9	-4.979,8			-2.783,9	-272,0	1.314,9	10,5	-5.743,9	-4.969,3			
Despesa primária	42.497,9	43.124,1	1,5	1,3	0,0	0,0	-1.314,9	-10,5	41.183,0	43.113,6	4,7	4,2	
Saldo primário	693,5	-578,1			-2.783,9	-272,0	1.314,9	10,5	-1.047,5	-567,6			

2.1. Administração Central

DESPESA

- A **despesa consolidada da administração central**, em termos acumulados, evidencia um crescimento de 1,8% face ao período homólogo, o qual é explicado sobretudo pelo comportamento da despesa primária (contributo de 2,6 p.p.) já que os juros e outros encargos demonstram uma redução. Face ao mês anterior a variação homóloga acumulada decresce em -1,7 p.p. em resultado da intensificação do efeito base dos pagamentos efetuados no âmbito plano de regularização de dívidas do SNS. Corrigido desse efeito, a variação homóloga da despesa e da despesa primária seriam de 5,5% e 7,3% respetivamente, explicadas essencialmente pela evolução das transferências para a Segurança Social, no âmbito da Lei de Bases e da componente do IVA Social, do pagamento de pensões e outros abonos por parte da CGA, despesas com o pessoal e da aquisição de bens e serviços do SNS.

Quadro 4 - Despesa da Administração Central

Natureza da Despesa	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA agosto (em p.p.)
	2012	2013	julho	agosto	
	€ Milhões				
Despesas com o pessoal	7.588,8	7.928,2	3,7	4,5	0,9
Aquisição de bens e serviços	7.458,4	6.290,1	-7,3	-15,7	-3,1
Juros e outros encargos	4.694,6	4.400,1	-5,3	-6,3	-0,8
Transferências	15.065,5	17.472,7	16,1	16,0	6,5
Subsídios	339,5	364,5	-44,7	7,4	0,1
Investimento	1.352,1	841,2	-30,2	-37,8	-1,4
Outras despesas	723,4	591,4	-20,5	-18,2	-0,4
Despesa primária	32.527,7	33.488,1	4,8	3,0	2,6
Despesa efectiva	37.222,3	37.888,2	3,5	1,8	1,8

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Gráfico 1 – Despesa da Administração Central

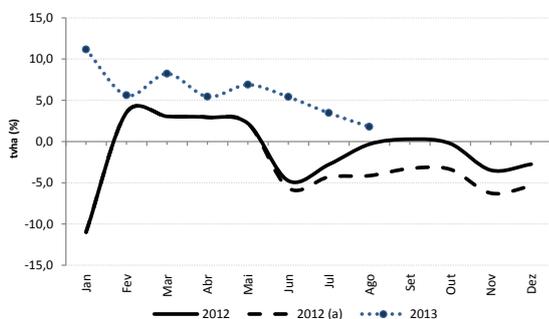
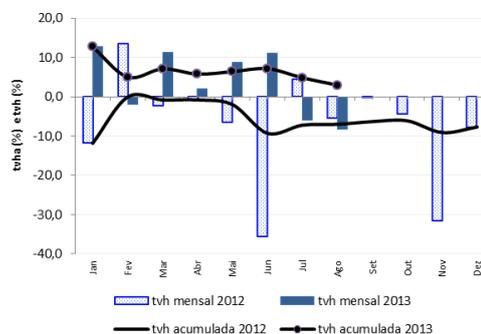


Gráfico 2 - Despesa primária da Administração Central



Nota:

2012 - Exclui, para efeitos de comparabilidade, as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) na Administração Central.

2012 (a) - Exclui, além das EPR, as transferências para o SNS visando a regularização de dívidas de anos anteriores.

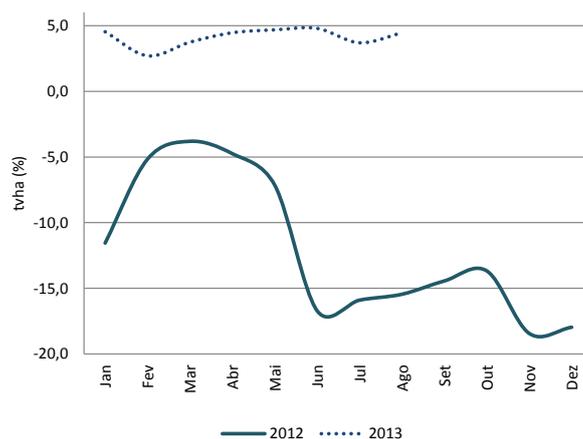
Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- As **despesas com pessoal** apresentam um crescimento de 4,5% justificado pelo pagamento em duodécimos de um subsídio e pela atualização dos encargos das entidades empregadoras com a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e Segurança Social (SS)⁵. A aceleração observada resulta de falta de informação no mês de julho⁶, sendo que, na realidade, esta despesa mantém um comportamento estável face ao mês anterior (+0,04 p.p.).

O crescimento homólogo mais elevado, continua a ser principalmente explicado pelas áreas da Segurança Interna – que regista um aumento nas Pensões de Reserva e evidencia reposicionamentos remuneratórios – e das Finanças – pelo facto da PARVALOREM e PARUPS apenas em 2013 terem passado a integrar de forma completa a execução orçamental da administração central⁷.

Expurgando o efeito da reposição do subsídio e do aumento da contribuição patronal das entidades para os sistemas de previdência social referidos, as despesas com o pessoal decresceriam 4,6 %.

Gráfico 3 - Despesa com o pessoal da Administração Central



Nota: A variação homóloga de 2012 é apurada em termos comparáveis (sem EPR)
Fonte: Direção-Geral do Orçamento

⁵ Alteração da contribuição das entidades empregadoras que passou de 15% para 20%, no caso da CGA e, no caso dos trabalhadores que exercem funções públicas que descontam para a SS, passou de 22,3% para 23,75%, ou de 17,2% para 18,6%, consoante o tipo de vínculo, nos termos dos artigos 79º e 116º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

⁶ A evolução face à tvha de julho decorre da ausência de reporte, em julho, por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Corrigido o efeito, na realidade, mantém-se o comportamento desta despesa.

⁷ A situação de ausência de reporte por parte das PAR em 2012 é atribuível a dificuldades de compatibilização dos procedimentos contabilísticos destas entidades empresariais com a contabilidade orçamental.

2.1. Administração Central

Quadro 5 – Despesa com o pessoal da Administração Central

(Período: janeiro a agosto)					€ Milhões
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA ago (em p.p)
	2012	2013	julho	agosto	
Total	7.588,8	7.928,2	3,7	4,5	
<i>Dos quais:</i>					
Segurança Interna	917,5	1.017,8	10,4	10,9	1,3
Ciência e Ensino Superior	730,1	778,5	7,5	6,6	0,6
Justiça	592,7	637,9	7,9	7,6	0,6
Defesa	762,3	798,8	5,0	4,8	0,5
Finanças e Administração Pública	294,4	326,3	11,7	10,8	0,4
Saúde	605,0	633,4	4,2	4,7	0,4
Ensino Básico e Secundário	2.776,4	2.780,4	0,1	0,1	0,1

Nota: A execução observada no programa Finanças e Administração Pública reflete a inclusão das PAR em 2013.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- A despesa com a **aquisição de bens e serviços** decresce, em termos homólogos acumulados, 15,7%, influenciada pelo efeito base associado ao plano de regularização de dívidas de anos anteriores pelo Serviço Nacional de Saúde, no âmbito do qual haviam sido pagos € 1.314,9 milhões até agosto. Na ausência deste efeito, a despesa teria uma variação homóloga de 2,2% (1% até julho), justificada principalmente com acréscimo dos adiantamentos dos contratos-programa das EPE da área da saúde e ainda com a despesa relacionada com a avaliação geral da propriedade urbana, suportada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, na sequência da aplicação do disposto na legislação de arrendamento urbano⁸.

⁸ Através da Portaria n.º 106/2012 de 18 de abril foi afeta em 2012 às despesas relacionadas com a avaliação geral dos prédios urbanos a verba de 5% da receita tributária do imposto municipal sobre imóveis relativo ao ano de 2011, tendo transitado para 2013.

Quadro 6 - Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central

	Execução acumulada				Variação homóloga acumulada (%)	Contributo VHA agosto (em p.p.)
	2012		2013			
	2012	2013	julho	agosto		
Saúde	4.400,9	4.548,8	4,0	3,4	2,0	
das quais: Despesas saúde do SNS	4.350,0	4.502,0	4,2	3,5	2,0	
Finanças	396,7	434,3	9,0	9,5	0,5	
das quais:						
Autoridade Tributária e Aduaneira	63,9	93,5	45,2	46,2	0,4	
Economia e Emprego	329,6	330,3	-22,2	0,2	0,0	
das quais:						
Metro do Porto	47,9	40,1	-24,9	-16,3	-0,1	
Metropolitano de Lisboa	12,7	17,8	41,5	40,7	0,1	
Estradas de Portugal	53,7	59,9	11,9	11,6	0,1	
Justiça	169,2	132,7	-22,3	-21,6	-0,5	
das quais:						
Instituto dos Registos e Notariado	27,4	12,9	-54,3	-53,1	-0,2	
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça	67,3	57,8	2,4	-14,1	-0,1	
Governação e Cultura	138,4	131,3	-10,7	-5,2	-0,1	
das quais:						
RTP	102,8	97,6	-11,4	-5,1	-0,1	
Outros	708,7	702,2	-3,2	-0,9	-0,1	
<i>Saúde - SNS - Plano de regularização de dívidas de anos anteriores</i>	<i>1.314,9</i>	<i>10,5</i>	<i>-99,8</i>	<i>-99,2</i>	<i>-17,5</i>	
Total	7.458,4	6.290,1	-7,3	-15,7		

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- A despesa com **juros e outros encargos** da administração central registou em termos acumulados um decréscimo de 6,3 %, que compara com um decréscimo de 5,3% até julho, em resultado sobretudo do comportamento da despesa com juros e outros encargos da dívida direta do Estado.

Quadro 7 - Despesa com juros e outros encargos da Administração Central

	Execução acumulada				Variação homóloga acumulada (%)	Contributo VHA agosto (em p.p.)
	2012		2013			
	2012	2013	julho	agosto		
Juros e Outros Encargos da Administração Central	4.694,6	4.400,1	-5,3	-6,3		
Juros e outros encargos da Dívida Pública	4.214,2	3.999,9	-5,5	-5,1	-4,6	
Juros e encargos financeiros suportados pelas EPR	428,4	393,3	5,8	-8,2	-0,7	
Outros	52,0	6,9	-85,2	-86,8	-1,0	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

O decréscimo de 7,8% da despesa acumulada dos juros da Dívida Pública encontra-se influenciado pelo facto de em agosto de 2013 não ter ocorrido qualquer amortização de Bilhetes do Tesouro, contrariamente ao sucedido em 2012. Acresce a este efeito a amortização em agosto de 2012 de uma obrigação no âmbito do programa EMTN - *Euro Medium Term Notes*, a qual não teve impacto em 2013.

2.1. Administração Central

Em sentido inverso, refira-se o aumento dos juros do PAEF na sequência do pagamento de novos cupões de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF).

Quadro 8 – Encargos da dívida direta do Estado por instrumento – Evolução mensal e trimestral

	2012							Total 2012	2013				€ Milhões	
	I Trim	II Trim	jul	ago	set	IV Trim	I Trim		II Trim	jul	ago	Tvha jan-ago (%)	Contributo tvha jan-ago (em p.p.)	
	Juros da dívida pública	663	3.119	271	331	733	1.903		7.019	716	2.785	259	311	-7,2
Bilhetes do Tesouro	308	74	49	37	0	105	572	179	127	60	0	-21,8	-2,3	
Obrigações do Tesouro	252	2.378	6	1	523	1.497	4.656	225	1.924	3	3	-18,3	-10,8	
Empréstimos PAEF	78	450	1	190	152	209	1.080	369	594	68	232	75,7	12,2	
Certificados de Aforro e do Tesouro	88	78	26	22	20	70	303	83	81	29	27	3,0	0,1	
CEDIC / CEDIM	18	12	6	4	4	14	57	8	9	2	1	-49,7	-0,4	
Outros	-80	128	183	77	34	8	350	-148	50	97	47	-84,9	-5,8	
Comissões	23	44	15	8	1	24	115	13	37	2	2	-40,7	-0,8	
Empréstimos PAEF	19	40	13	6	0	13	91	6	25	0	0	-59,9	-1,0	
Outros	4	4	2	2	1	11	24	7	12	2	2	85,7	0,2	
Juros e outros encargos pagos	686	3.164	286	339	734	1.927	7.134	729	2.821	261	312	-7,8	-7,8	
Tvh (%)								6,3	-10,8	-8,7	-7,7			
Por memória:														
Juros recebidos de aplicações	-88	-93	-22	-12	-21	-49	-285	-46	-53	-12	-12	-42,7		
Juros e outros encargos líquidos	597	3.071	264	326	712	1.878	6.849	683	2.768	248	300	-6,1		
Tvh (%)								14,4	-9,9	-5,8	-8,0			
Stock dívida direta do Estado	180.009	186.994	188.244	187.963	189.671	194.466	194.466	199.627	206.648	205.692	207.444			

Nota: Os valores constantes deste quadro para cada mês/trimestre traduzem os pagamentos efetivos realizados nesse período, enquanto o quadro 6 "Despesa com juros e outros encargos da Administração Central" e anexo 5 "Execução Orçamental do Estado" evidencia as verbas disponibilizadas pelo OE para o período respetivo. Este facto influencia a leitura das taxas de variação evidenciadas, designadamente entre a tvha do quadro 6 e 7. No total do ano, os valores apresentados em ambos os quadros são idênticos.

Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

- Os **juros e encargos financeiros suportados pelas EPR** evidenciam um decréscimo homólogo acumulado de 8,2% (acrécimo de 5,8% até julho), determinado sobretudo pelas entidades do setor dos transportes refletindo a redução de encargos financeiros na sequência de liquidações antecipadas de contratos de derivados de taxa de juro em 2013 e pela Rádio e Televisão Portuguesa – RTP por via do efeito base de 2012 relativo à amortização de empréstimo ao *DEPFA Bank*.

Aqueles efeitos foram contrariados pela evolução dos encargos da responsabilidade da REFER, E.P.E. - na sequência da correção do registo de encargos associados a operações *swaps*, anteriormente classificados como passivos financeiros, para juros - e pela PARVALOREM, S.A. em resultado da ausência de reporte de execução orçamental em 2012.

A inflexão da taxa de variação homóloga acumulada em 14,0 p.p. é sobretudo justificada pela correção de um registo pela Metropolitano de Lisboa, E.P.E., efetuada em agosto⁹.

⁹ O pagamento com encargos financeiros efetuado em julho à Direção-Geral do Tesouro pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. encontrava-se empolado.

Quadro 9 – Encargos financeiros das EPR por setor de atividade – Evolução mensal e trimestral

(Período: agosto)													€ Milhões	
	2012						Total 2012	2013				Tvha jan-ago (%)	Contributo tvha jan-ago (em p.p.)	
	I Trim	II Trim	julho	agosto	setembro	IV Trim		I Trim	II Trim	julho	agosto			
Transportes	16,3	128,5	4,4	52,4	20,2	148,9	370,6	155,7	-35,3	45,4	-16,6	-26,0	-12,2	
Comunicação Social	5,2	2,2	0,2	0,2	1,5	1,3	10,6	1,0	0,9	0,1	0,2	-72,1	-1,5	
Cultura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-99,7	0,0	
Outros setores	1,6	16,6	0,5	0,1	0,1	263,7	282,6	1,4	25,9	0,3	-0,1	45,7	2,3	
Gestão de Infraestruturas	97,4	93,1	8,7	1,0	12,9	128,4	341,4	67,1	106,0	27,7	13,6	7,2	3,8	
Requalificação Urbana	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	
Total	120,5	240,4	13,8	53,7	34,7	542,5	1.005,6	225,2	97,5	73,5	-2,9	-8,2	-8,2	
Tvh (%)								86,9	-10,6	433,6	-105,5			

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- As **transferências** evidenciam um crescimento homólogo acumulado de 16,0%, justificado pelas transferências para a Segurança Social e pelos encargos com pensões e outros abonos da CGA., mantendo-se a taxa de variação homóloga acumulada em nível semelhante a do mês anterior (-0,1 p.p.).

Quadro 10 - Transferências correntes e de capital da Administração Central

(Período: janeiro a agosto)						€ Milhões	
Transferências por natureza	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA agosto (em p.p.)		
	2012	2013	julho	agosto			
Lei de Bases da Segurança Social	4.462,5	5.669,5	28,3	27,0	8,0		
Pensões e Outros Abonos - CGA	5.262,1	5.868,1	11,6	11,5	4,0		
Segurança Social - IVA Social	0,0	483,3	-	-	3,2		
Contribuição financeira para a União Europeia	1.200,0	1.314,4	9,0	9,5	0,8		
Lei de Finanças Regionais e Lei de Meios	423,9	415,9	3,3	-1,9	-0,1		
Lei de Finanças Locais	1.434,7	1.423,4	-0,8	-0,8	-0,1		
Financiamento regime substitutivo dos bancários	332,9	327,0	-1,8	-1,8	0,0		
Apoios da Fundação para a Ciência e Tecnologia	172,2	171,5	-0,8	-0,4	0,0		
Apoios do Instituto de Financiamento Agricultura e Pescas	459,2	459,9	-4,2	0,2	0,0		
Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais	56,2	47,7	-15,2	-15,2	-0,1		
Outros	1.240,6	1.217,4	1,8	-1,9	-0,2		
<i>DGTF - Regul. Responsabilidades concessionárias (*)</i>	21,2	0,0	-100,0	-100,0	-0,1		
<i>DGTF - Transferência rendimentos de títulos dívida Grega (*)</i>	0,0	74,7	0,0	-	0,5		
Total	15.065,5	17.472,7	16,1	16,0			

Nota: (*) Situações excecionais

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

A evolução das transferências mantém a tendência evidenciada em meses anteriores sobretudo pelo acréscimo da despesa com:

- As transferências associadas à Lei de Bases da Segurança Social, que resulta diretamente da maior dotação no âmbito do Orçamento do Estado para 2013, em face das necessidades relacionadas com o equilíbrio daquele sistema de proteção social e da antecipação parcial de duodécimos;

2.1. Administração Central

- Os encargos com pensões e outros abonos da CGA em resultado do pagamento do duodécimo de um subsídio, do aumento do número de aposentados e pensionistas da CGA, bem como do pagamento de parte da atualização das pensões dos deficientes das forças armadas, com efeitos retroativos desde 1 de janeiro de 2010 e do 14.º mês aos aposentados e pensionistas da CGA¹⁰;

- A contribuição financeira para a União Europeia, justificado pela antecipação de duodécimos, ocorrido no 1º trimestre de 2013, na sequência de solicitações da Comissão Europeia.

Para a evolução concorre a transferência concretizada pelo Estado em agosto relativa ao financiamento do programa de assistência financeira à Grécia, no montante de €74,7 milhões¹¹.

- O aumento da despesa com **subsídios** em 7,4% face ao período homólogo resulta essencialmente das medidas de política de emprego e de formação profissional, sobretudo na execução de novas medidas de apoio à contratação e da alteração a medidas já existentes bem como das regras subjacentes ao pagamento dos apoios concedidos pelo IEFP. Estes efeitos foram atenuados pelo menor volume de pagamentos relativos a indemnizações compensatórias a entidades públicas não reclassificadas na Administração Central.

Comparativamente com o mês precedente, verifica-se uma aceleração de 52,1 p.p. decorrente da regularização do reporte de execução orçamental do IEFP. Na ausência desse efeito a aceleração situar-se-ia em 3,4 p.p. decorrente da aprovação de candidaturas a medidas de emprego objeto de alterações regulamentares.

Quadro 11 – Subsídios da Administração Central

	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA agosto (em p.p.)
	2012	2013	julho	agosto	
	€ Milhões				
Finanças	122,0	105,4	-14,8	-13,6	-4,9
dos quais: Direção-Geral do Tesouro e Finanças	121,9	105,4	-14,7	-13,6	-4,9
Economia e Emprego	143,3	189,0	-94,5	31,9	13,5
dos quais: Instituto Emprego e Formação Profissional	138,0	181,6	-100,0	31,6	12,8
Agricultura	44,5	39,8	-11,0	-10,6	-1,4
dos quais: Instituto Financiamento Agricultura e Pescas	44,4	39,7	-10,9	-10,5	-1,4
Outros	29,8	30,4	0,6	2,0	0,2
TOTAL	339,5	364,5	-44,7	7,4	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- Verifica-se uma redução de 37,8%, face ao período homólogo na despesa de **investimento**, influenciada em sobretudo pela execução das EPR que mantém a evolução verificada em meses anteriores. Destaca-se a Parque Escolar, E.P.E. e a Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE pelo atraso na aprovação de encargos plurianuais, nesta última acresce o esforço financeiro efetuado em 2012 no pagamento de dívidas

¹⁰ Nos termos da Lei n.º 39/2013, de 21 de junho.

¹¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2013, aprovada em 1 de agosto.

transitadas de 2011. Contribui ainda, os encargos com a Lei de Programação Militar em resultado da diferente calendarização no pagamento desta despesa em 2013.

Face ao mês anterior o decréscimo da variação homóloga acumulada intensifica-se em 7,6 p.p. pela execução da Estradas de Portugal, S.A., explicado pelo diferente escalonamento anual dos pagamentos e pelo facto do pagamento relativo às disponibilidades de infraestruturas das concessões do Estado se concretizar em setembro, atenuado, em parte, pela reclassificação do IVA¹², em 2013, relativo às concessões rodoviárias.

Quadro 12 - Despesa relativa a Investimentos da Administração Central

(Período: janeiro a agosto) € Milhões

	Execução Acumulada						Variação homóloga acumulada (%)	Contributo VHA agosto (em p.p.)
	2012			2013				
	Fin. Nacional	Fundos Europeus	Total	Fin. Nacional	Fundos Europeus	Total		
Total	973,9	378,1	1.352,1	733,5	107,7	841,2	-37,8	
<i>Dos quais:</i>								
Entidades Públicas Reclassificadas	707,3	308,3	1.015,6	604,5	82,9	687,4	-32,3	-24,3
Outros Setores	143,6	201,2	344,8	11,4	53,1	64,6	-81,3	-20,7
Transportes	25,8	12,2	37,9	7,9	0,6	8,5	-77,7	-2,2
Gestão de Infraestruturas	534,0	94,6	628,6	580,9	25,6	606,5	-3,5	-1,6
Administração Central excluindo EPR	266,7	69,8	336,5	128,9	24,8	153,7	-54,3	-13,5
Equip. Informático - DG de Estatísticas da Educ. e Ciência	19,1	30,2	49,4	0,0	2,2	2,2	-95,6	-3,5
Conservação de edifícios - SNS	24,4	8,2	32,6	6,3	0,3	6,6	-79,8	-1,9
Melhoramentos fundiários - DG Agricultura e Desen. Rural	5,7	12,6	18,2	1,6	3,5	5,0	-72,4	-1,0
CMVM - Edifícios	4,8	0,0	4,8	0,0	0,0	0,0	-100,0	-0,4
Lei de Programação Militar	75,1	0,0	75,1	12,8	0,0	12,8	-82,9	-4,6
Software Informático - SNS	10,3	0,0	10,3	0,6	0,1	0,7	-93,4	-0,7

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

RECEITA

- A receita consolidada da administração central apresenta, até agosto de 2013, uma quebra de 1,6% face ao ano precedente, a qual é justificada sobretudo pelo comportamento negativo das outras receitas, devendo ter-se presente que a execução de 2012 se encontra influenciada pela receita extraordinária relativa à parte remanescente dos fundos de pensões das instituições de crédito (€ 2.687,1 milhões entrados em junho). Em sentido contrário, salientam-se os acréscimos na receita fiscal da Administração Central (6,4%), nas contribuições para a CGA e ADSE (27,2%) e nos rendimentos da propriedade (127,4%).

¹² Em 2013 o fluxo do IVA das concessões rodoviárias passou a ser contabilizado na classificação económica de Concessões do Estado, em 2012 era contabilizado em Outras despesas correntes - Impostos.

2.1. Administração Central

Quadro 13 - Receita da Administração Central

Período: janeiro a agosto

Natureza da Receita	Execução acumulada M€		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA agosto (em p.p.)
	2012	2013	julho	agosto	
Receita Fiscal	21.482,7	22.848,5	7,6	6,4	4,1
Impostos Diretos	8.405,0	10.000,5	21,3	19,0	4,8
Impostos Indiretos	13.077,8	12.848,0	-1,4	-1,8	-0,7
Contribuições para a CGA e ADSE	2.529,0	3.216,8	25,9	27,2	2,1
Receita não fiscal	8.939,0	6.351,7	-36,5	-28,9	-7,9
Taxas, multas e outras penalidades	1.488,4	1.538,3	2,8	3,4	0,2
Rendimentos de propriedade	425,0	966,5	122,5	127,4	1,6
Vendas de bens e serviços	1.117,6	1.030,9	-3,8	-7,8	-0,3
Transferências da União Europeia	1.102,5	932,0	-16,0	-15,5	-0,5
Outras receitas	4.805,5	1.883,9	-72,0	-60,8	-8,9
Receita Efetiva	32.950,7	32.417,0	-3,4	-1,6	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- Entre janeiro e agosto de 2013, a **receita fiscal** líquida acumulada do Estado cresceu 6,3%, em termos homólogos. Em particular, no mês de agosto, saliente-se a manutenção do perfil de crescimento do IRS, do ISV e do IUC, e ainda a recuperação de outros impostos indiretos, designadamente o IABA que apresenta um crescimento acumulado de 1,0% face ao período homólogo.
- Nestes termos, entre janeiro e agosto de 2013, a receita fiscal líquida acumulada dos impostos diretos cresceu 19,0%, face ao período homólogo de 2012.

Entre janeiro e agosto de 2013, a receita líquida acumulada do IRS aumentou 30,1%, superando assim a estimativa de crescimento anual de 28,2%, prevista no Orçamento do Estado retificativo (OER) para o conjunto do ano de 2013. Entre os fatores que contribuíram para este desempenho continuam a destacar-se o crescimento das retenções na fonte sobre os rendimentos do trabalho dependente e pensões, em resultado da aplicação das tabelas de retenção na fonte para 2013¹³, bem como das retenções na fonte sobre os rendimentos de capitais e prediais, as quais aumentaram 15,1% e 39,6%, respetivamente, em termos homólogos. Adicionalmente, refira-se a manutenção do impacto muito positivo resultante do reforço do controlo sobre as retenções na fonte entregues por um universo de cerca de 400 mil empresas, através do cruzamento de dados recebidos mensalmente na Declaração Mensal de Remunerações (DMR)¹⁴. Esta evolução refletiu ainda resultado do processo de liquidação do IRS referente ao exercício de 2012.

Até agosto de 2013, a receita líquida acumulada do IRC cresceu 6,1%, em termos homólogos, o que contrasta com a queda de 3,3%, prevista no OER para o conjunto do ano de 2013.

- Entre janeiro e agosto de 2013, a receita líquida acumulada dos impostos indiretos apresentou uma variação de -2,3%, face ao período homólogo de 2012.

¹³ Nos termos do Despacho n.º 796-B/2013, de 14 de janeiro, que aprova as tabelas de retenção na fonte para o ano de 2013.

¹⁴ A Declaração Mensal de Remunerações é obrigatória desde janeiro de 2013.

Até agosto de 2013, a receita líquida acumulada do IVA apresentou uma diminuição de 2,1%, face ao período homólogo de 2012, essencialmente explicada pelo aumento dos reembolsos aos agentes económicos, designadamente às empresas exportadoras (naquele período, os reembolsos acumulados do IVA aumentaram 7,9%, sendo que até julho cresciam já 4,4%, em termos homólogos).

Adicionalmente, em agosto de 2013, assinala-se a recuperação de alguns impostos indiretos, destacando-se a inflexão dos perfis de queda da receita líquida mensal do imposto do selo e do IABA, cujas taxas de variação, em termos homólogos, se situaram em 1,7% e 12,0%, respetivamente. Refira-se ainda a consolidação do perfil de crescimento do ISV e do IUC, os quais registaram crescimentos mensais homólogos de 10,1% e 21,9%.

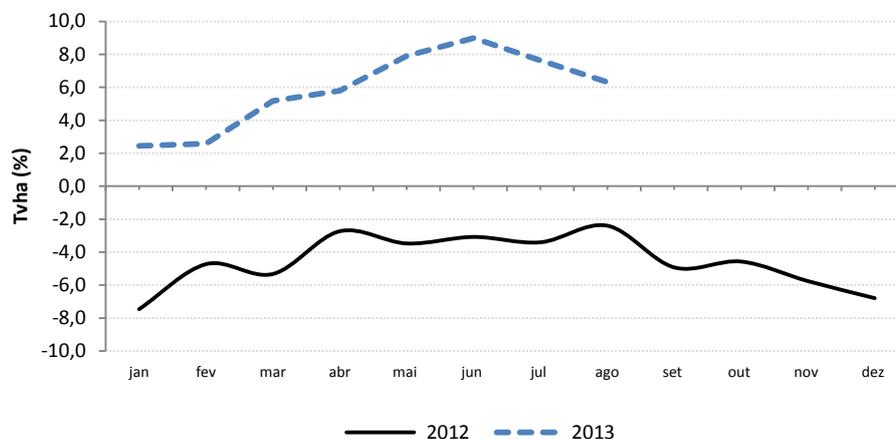
Quadro 14 - Receita fiscal do subsector Estado

Período: janeiro a agosto

	Execução acumulada (M€)		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA agosto (em p.p.)
	2012	2013	julho	agosto	
Impostos diretos	8.382,7	9.979,1	21,4	19,0	7,7
- IRS	5.661,8	7.366,7	36,8	30,1	8,2
- IRC	2.457,1	2.608,0	7,0	6,1	0,7
- Outros	263,8	4,4	-98,2	-98,3	-1,2
Impostos indiretos	12.372,2	12.087,2	-1,9	-2,3	-1,4
- ISP	1.428,3	1.377,3	-3,8	-3,6	-0,2
- IVA	8.731,3	8.550,5	-1,3	-2,1	-0,9
- Imposto sobre veículos	263,3	233,6	-14,0	-11,3	-0,1
- Imposto consumo tabaco	739,4	703,4	-4,4	-4,9	-0,2
- IABA	110,7	111,8	-1,0	1,0	0,0
- Imposto do Selo	937,3	922,1	-2,1	-1,6	-0,1
- Imposto Único de Circulação	126,5	159,0	26,1	25,6	0,2
- Outros	35,3	29,5	-19,3	-16,3	0,0
Receita fiscal	20.754,9	22.066,3	7,6	6,3	

Fonte: Ministério das Finanças

Gráfico 4 – Receita Fiscal do Estado – Evolução da tvha (%)



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

2.1. Administração Central

- Entre janeiro e agosto de 2013, os reembolsos acumulados registaram um crescimento de 0,9%, face a igual período de 2012. Esta evolução traduziu o aumento dos reembolsos do IVA e IRC pagos aos agentes económicos, cujas taxas de variação, em termos homólogos, se situaram em 7,9% e 5,9%.

Quadro 15 - Reembolsos relativos à receita fiscal

	Execução acumulada (M€)		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA agosto (em p.p.)
	2012	2013	julho	agosto	
	Período: janeiro a agosto				
Impostos diretos	2.801,7	2.615,1	-2,8	-6,7	-3,0
- IRS	1.946,8	1.709,4	-5,4	-12,2	-3,8
- IRC	854,2	904,4	6,8	5,9	0,8
- Outros	0,7	1,3	78,3	84,7	0,0
Impostos indiretos	3.439,7	3.680,3	3,8	7,0	3,9
- ISP	67,4	29,9	-50,3	-55,7	-0,6
- IVA	3.346,0	3.611,4	4,4	7,9	4,3
- Imposto sobre veículos	12,8	9,2	-16,5	-28,6	-0,1
- Imposto consumo tabaco	9,9	18,5	76,4	87,4	0,1
- IABA	0,3	0,4	36,4	35,8	0,0
- Imposto do Selo	3,3	10,1	256,0	202,4	0,1
- Imposto Único de Circulação	0,0	0,0	38,9	28,6	0,0
- Outros	0,0	0,9	n.a.	n.a.	0,0
Receita fiscal	6.241,4	6.295,4	1,1	0,9	

Fonte: Ministério das Finanças

- As **contribuições para sistemas de proteção social** (CGA e ADSE), mantendo a tendência crescente dos meses anteriores, registam em termos acumulados um crescimento de 27,2%. Para esta evolução concorre não só o aumento das quotizações e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA)¹⁵, bem como o pagamento dos duodécimos de um subsídio.
- Os **rendimentos da propriedade** apresentam uma variação homóloga até agosto de 127,4% justificada sobretudo pela evolução dos dividendos do Banco de Portugal (359,3 milhões, em 2013 face a € 18,7 milhões em 2012) e dos juros de obrigações de capital contingente (*coco bonds*).
- As **transferências provenientes do orçamento da União Europeia** (UE), com particular significado nos serviços e fundos autónomos (peso de 96,7% em 2013), apresentam uma quebra de 15,5%, apesar de influenciadas por fatores de sentido contrário. No lado das quebras, salienta-se a redução do volume de transferências correntes provenientes da UE destinadas à Parque Escolar, E.P.E. (€ -163,5 milhões), no âmbito do Programa Operacional Valorização do Território, dado o reembolso ocorrido no final de 2012 (€ 150,6 milhões), para além do menor número de obras em curso. Em sentido contrário, destaca-se o maior nível de transferências de capital da UE destinadas ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, I.P. (€ +89,1 milhões), no âmbito do Programa Operacional Fatores de Competitividade, maioritariamente associado à execução da componente reembolsável dos projetos de investimento financiados pelo QREN.

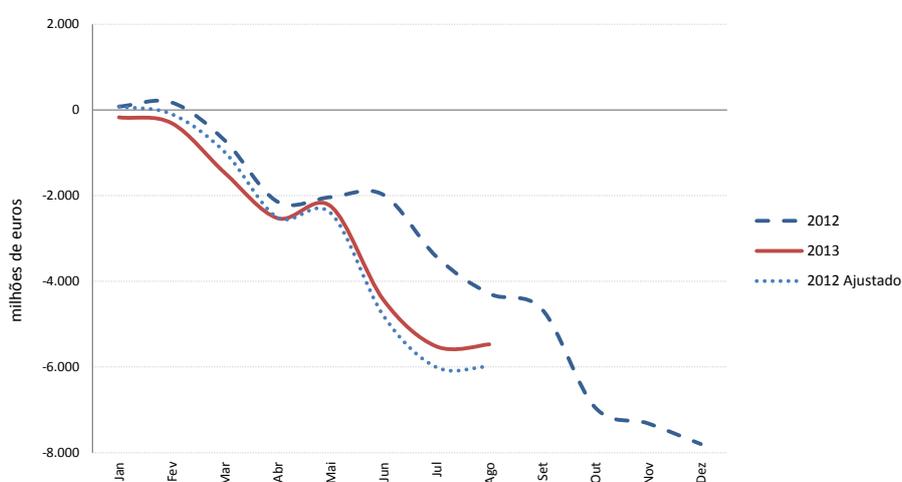
¹⁵ Em resultado do efeito das alterações previstas no artigo 79.º da Lei do OE para 2013, que aumenta a contribuição mensal das entidades empregadoras de 15% para 20% e alarga a base de incidência contributiva a remunerações isentas em 2012.

- As **outras receitas** apresentam um significativo decréscimo de € 2.921,6 milhões (-60,8%), para o qual contribuem as receitas extraordinárias arrecadadas em 2012 relativas à parte remanescente dos fundos de pensões do setor bancário (€ 2.783,9 milhões em junho de 2012¹⁶) e ao leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração móvel (€ 272,0 milhões). Relewa-se ainda o maior volume das transferências provenientes da Segurança Social no âmbito do Fundo Social Europeu (FSE).

SALDO

- O **saldo global acumulado da Administração Central** evidencia uma degradação face ao período homólogo de € 1.199,6 milhões, a qual é influenciada pelos efeitos base anteriormente referidos relativos à transferência dos fundos de pensões das instituições de crédito (€2.783,9 milhões) e da receita extraordinária relativa ao leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração móvel (€272 milhões), parcialmente compensado pelo plano de regularização de dívidas do SNS (€1.314,9 milhões em 2012 e €10,5 milhões, em 2013). Corrigido destes fatores extraordinários, o saldo global apresentaria uma melhoria de € 551,9 milhões, em resultado da melhoria dos impostos diretos que permite compensar o acréscimo de despesa com transferências, despesas com pessoal e subsídios.

Gráfico 5 – Saldo global da Administração Central – Valores acumulados



Nota: 2012 ajustado da receita da transferência de fundos de pensões de instituições de crédito, venda de frequências de 4G e pagamento de dívidas de anos anteriores na Saúde.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

¹⁶ A receita destas operações concretizou-se em dezembro de 2011 (€ 3.263,1 milhões), junho de 2012 (€2.783,9 milhões) e julho de 2013 (€ 22,8 milhões), conforme o Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 dezembro e o Decreto-Lei n.º 88/2012, de 11 de abril.

2.1. Administração Central

Quadro 16 – Saldo Global da Administração Central – principais explicações

(Período: janeiro a agosto)

€ Milhões

Setor / Saldo	Execução acumulada		Variação homóloga absoluta acumulada		Variação homóloga absoluta mensal	
	2012	2013	julho	agosto	julho	agosto
	Administração Central	-4.271,6	-5.471,2	-2.095,8	-1.199,6	357,5
Estado	-4.886,0	-6.027,3	-1.723,9	-1.141,2	-92,6	582,7
Serviços e Fundos Autónomos sem EPR	1.130,7	1.112,5	-262,6	-18,2	433,6	244,3
<i>Dos quais:</i>						
Serviço Nacional de Saúde	281,4	142,1	-241,5	-139,3	223,2	102,3
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	33,3	39,7	12,9	6,4	2,0	-6,5
Autoridade Nacional das Comunicações - ICP	-20,5	0,8	21,7	21,3	272,9	-0,4
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas	165,4	261,3	65,2	95,9	19,9	30,6
Instituto de Emprego e Formação Profissional	97,2	147,2	-53,3	50,0	-105,5	103,3
Instituto de Turismo de Portugal, IP	58,5	72,5	9,7	14,0	-9,9	4,3
Caixa Geral de Aposentações	167,2	143,4	-41,8	-23,7	36,5	18,1
Entidades Públicas Reclassificadas	-516,4	-556,5	-109,3	-40,1	16,6	69,2
<i>Dos quais:</i>						
Estradas de Portugal	-312,1	-233,4	24,5	78,7	88,7	54,2
Metro do Porto	-144,5	-59,6	66,7	85,0	-23,9	18,3
Metropolitano de Lisboa	-76,9	-50,7	20,1	26,2	-13,8	6,1
REFER	-226,6	-226,8	21,4	-0,2	-24,1	-21,5
Parque Escolar	-132,3	-37,1	72,8	95,2	28,5	22,4
Rádio Televisão de Portugal	361,9	-9,9	-358,0	-371,8	3,7	-13,8
Saldo global excluindo efeitos extraordinários (*)	-6.012,6	-5.460,7	486,2	551,9	118,3	65,7

(*) - Fundos de pensões de instituições de crédito, venda de frequências de 4 G e pagamento dívidas do SNS.

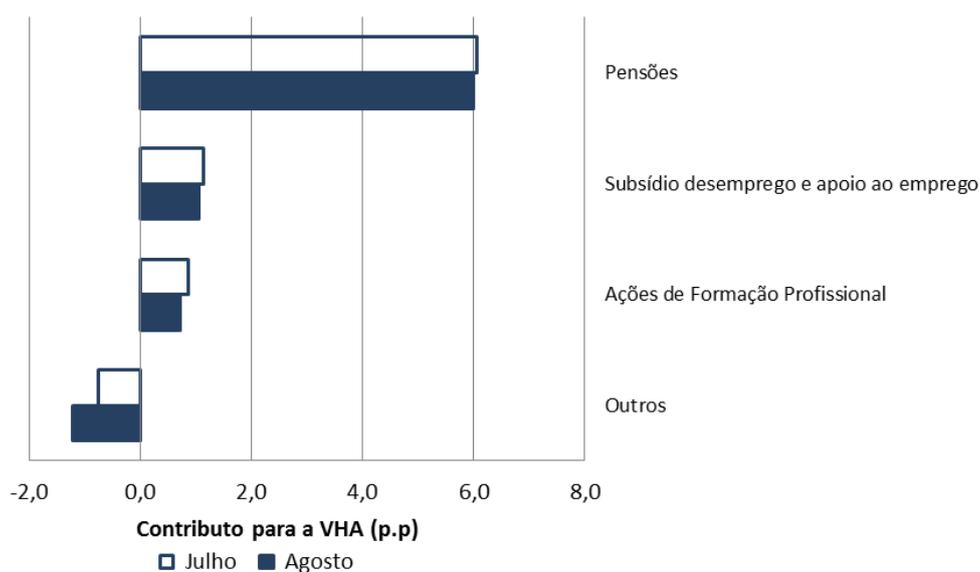
Fonte: Direção-Geral do Orçamento



DESPESA

- A despesa efetiva acumulada até agosto do subsetor da Segurança Social cifrou-se em € 16.670 milhões, o que representa um aumento de 6,6% face ao mesmo período de 2012.
- Para o aumento verificado contribui significativamente a despesa com pensões (6,0 p.p.), cuja variação homóloga acumulada até agosto é de 10,1%. Refletindo o efeito já verificado nos meses anteriores, esta despesa acumula até agosto o pagamento de oito duodécimos relativos ao 13º mês dos pensionistas, bem como o parcial do 14º mês de acordo com a legislação em vigor.
- Contribuem igualmente para a evolução da despesa efetiva as prestações associadas ao desemprego e ao apoio ao emprego, com um aumento de 9,8% em termos homólogos, embora evidenciem uma ligeira desaceleração face ao mês transato (por memória, 10,5%), bem como as ações de formação profissional com suporte no Fundo Social Europeu, com uma variação de +14,4% face ao acumulado a agosto de 2012.
- Referência também ao aumento da despesa associada ao Programa de Emergência Social (PES) e ao Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia (ASECE). Até agosto, esta despesa registou mais € 60,4 milhões (ou mais 66,6%) do que no período homólogo.
- Em sentido contrário, destaca-se a diminuição das despesas com outras prestações (-16,8% em termos homólogos) bem como com o Rendimento Social de Inserção (-22,4% comparando com o acumulado até agosto de 2012).

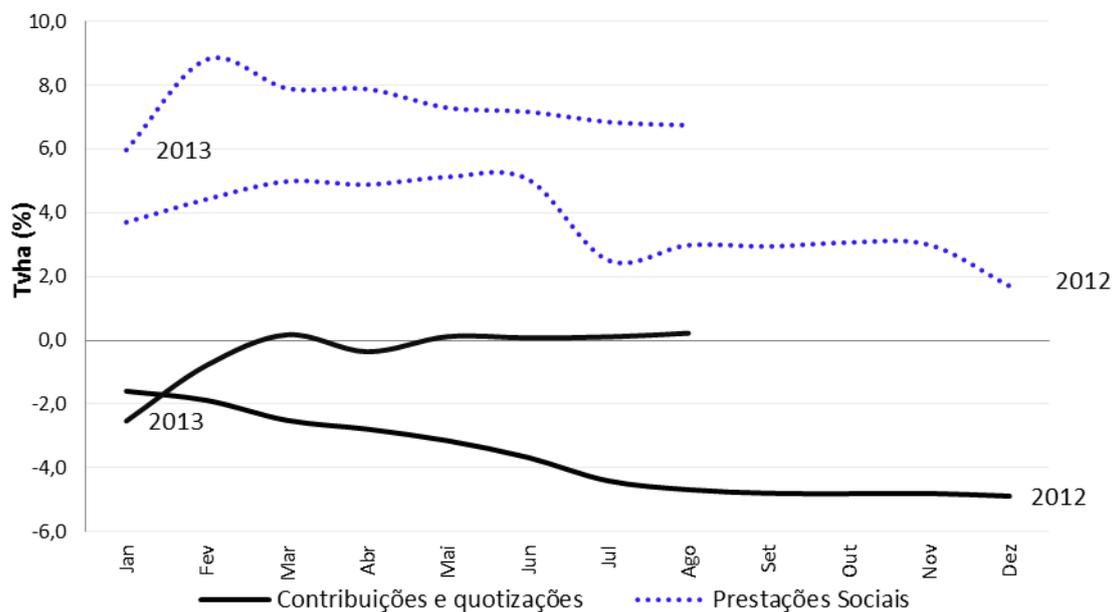
Gráfico 6 – Despesa da Segurança Social



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

2.2. Segurança Social

Gráfico 7 – Contribuições e quotizações e prestações sociais

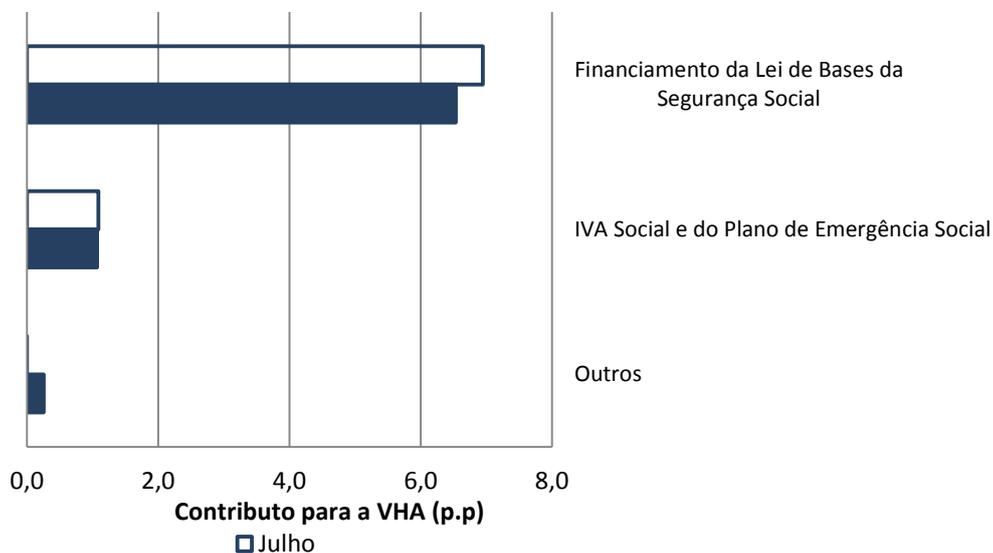


Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

RECEITA

- A receita efetiva acumulada até agosto ascendeu a € 17.161,4 milhões, verificando-se um aumento de 7,9% em termos homólogos.
- Esta evolução é explicada principalmente pelo aumento das transferências do Orçamento do Estado, que incluem as verbas para cumprimento da Lei de Bases e para o financiamento do défice da Segurança Social (contributo de 6,5 p.p.), e que totalizaram € 5.502,1 milhões até agosto (crescimento de +23,3% face ao período homólogo). Para este aumento releva o efeito da antecipação das transferências mensais do Orçamento do Estado previstas até ao final do ano.
- Para o aumento da receita efetiva contribui também a evolução da receita relativa ao IVA Social e ao Plano de Emergência Social, que aumenta 35,4% em relação ao período homólogo, tal como verificado nos meses anteriores.

Gráfico 8 – Receita da Segurança Social

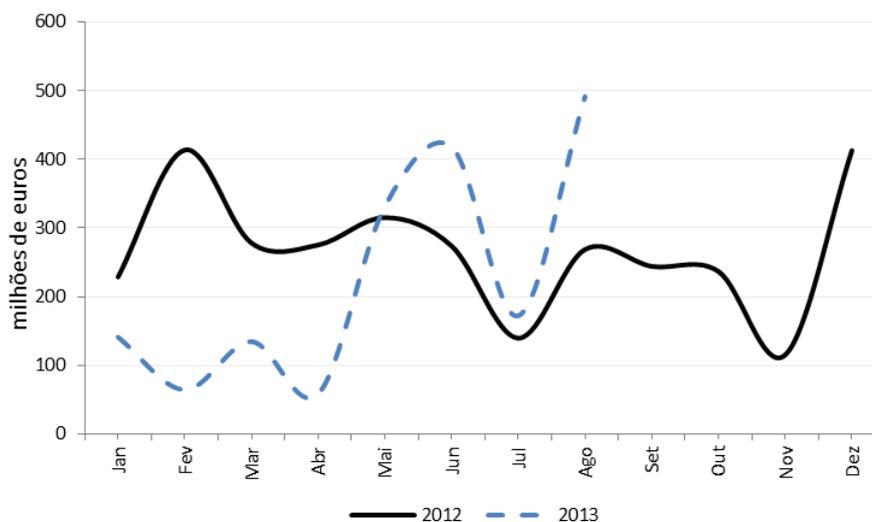


Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

SALDO

- Até agosto, o saldo global do subsetor da Segurança Social registou um excedente acumulado de € 491,4 milhões, superior em € 222,6 milhões ao verificado no mesmo período de 2012.

Gráfico 9 - Saldo global da Segurança Social - valores acumulados



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

2.2. Segurança Social

Quadro 17 - Execução orçamental da Segurança Social

	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada %		Contributo para VHA agosto (em p.p.)
	2012	2013	julho	agosto	
	€ Milhões				
Receita corrente	15.907,6	17.157,7	7,4	7,9	7,9
Contribuições e quotizações	8.707,0	8.726,4	0,1	0,2	0,1
IVA Social e do Plano de Emergência Social	481,2	651,7	36,0	35,4	1,1
Transferências correntes da Administração Central	4.918,2	5.952,5	22,1	21,0	6,5
Transferências do Fundo Social Europeu	1.124,7	1.207,6	-0,8	7,4	0,5
Outras receitas correntes	676,5	619,5	-12,4	-8,4	-0,4
Receita de capital	3,5	3,7	0,2	7,5	0,0
Receita efetiva	15.911,1	17.161,4	7,4	7,9	7,9
Despesa corrente	15.624,7	16.663,8	7,4	6,6	6,6
Prestações sociais	13.803,1	14.734,1	6,9	6,7	6,0
<i>das quais</i>					
Pensões	9.318,6	10.257,9	10,1	10,1	6,0
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	1.692,4	1.858,1	10,5	9,8	1,1
Pensão velhice do regime substitutivo Bancário e BPN	332,9	326,7	-1,9	-1,8	0,0
Ações de Formação Profissional	892,4	1.004,9	14,8	12,6	0,7
Outras despesas correntes	596,4	598,0	14,2	0,3	0,0
Despesas de capital	17,6	6,2	-68,4	-64,6	-0,1
Despesa efetiva	15.642,3	16.670,0	7,3	6,6	6,6
Saldo global	268,8	491,4			

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social



DESPESA

- A despesa efetiva da Administração Regional (AR) registou, no final de agosto, um crescimento homólogo de 47%, com contributos de 6,6 p.p. da despesa corrente e 40,4 p.p. da despesa de capital. Este comportamento está fortemente influenciado pela regularização de dívidas a fornecedores de anos anteriores na RAM, num montante total de € 386,6 milhões dos quais € 385,7 milhões dizem respeito à utilização do empréstimo bancário com aval do Estado no montante de cerca de € 1.100 milhões e € 0,9 milhões à utilização do empréstimo do PAEF-RAM. Excluindo este efeito, a despesa efetiva da AR evidencia um aumento de 13,7%.
- A despesa corrente apresentou um crescimento homólogo de 7,5%, com comportamentos opostos das Regiões. Na RAA, o aumento de 20,5% é determinado sobretudo pelas transferências para as empresas públicas, famílias e instituições sem fins lucrativos (36,3%) e pelas despesas com o pessoal (20,2%). Na RAM, registou-se uma contração de 2%, uma vez que o aumento das despesas com pessoal (9%) e com juros (14,6%) foi mais do que compensado pela contração na aquisição de bens e serviços (-5,6%), em particular nos pagamentos às farmácias e na conservação de bens, nas transferências para as empresas públicas (-9,2%) e outras despesas correntes (-92,2%).
- A despesa de capital apresentou um crescimento de 356,7%, refletindo o efeito do pagamento de dívidas comerciais da RAM. Excluindo este efeito, a variação é de 102% (189,9% na RAM). Na RAA continuam a ser determinantes as aquisições de bens de capital (79%), explicadas pelo cofinanciamento do Governo Regional aos projetos aprovados pela União Europeia e que deverão ser concluídos até ao final do ano de 2013, no âmbito do encerramento do respetivo quadro comunitário de apoio, bem como as transferências para fora do perímetro da Administração Regional (29%), no âmbito de programas de incentivos ao investimento privado.

Gráfico 9 – Despesa efetiva RAA

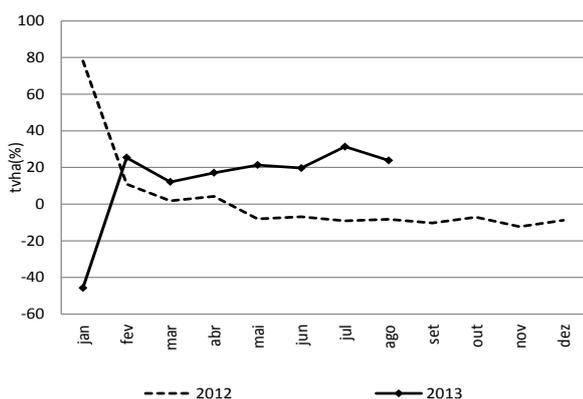
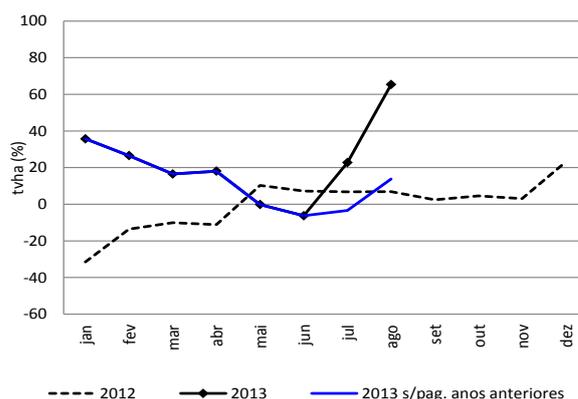


Gráfico 10 – Despesa efetiva RAM



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

RECEITA

- A receita efetiva aumentou 18,8%, em termos homólogos, com contributos de 21,1 p.p. da receita corrente e -2,2 p.p. da receita de capital.

3. Administração Regional

- A evolução positiva da receita corrente foi comum às duas Regiões (35,1% nos Açores e 18,8% na Madeira). A receita fiscal continuou a registar uma evolução positiva (28,6% na RAA e 27,2% na RAM), com um grau de realização de 66,2%, aproximando-se do padrão (67%) para esta altura do ano, explicado pelo comportamento positivo dos principais impostos (IVA, IRS e IRC). As transferências do Orçamento do Estado registaram um crescimento, explicado exclusivamente por efeitos de base, uma vez que resulta de alteração dos critérios contabilísticos nos Açores e na Madeira e, neste último caso, do regular recebimento das transferências previstas na Lei de Finanças das Regiões Autónomas¹⁷.
- A receita de capital decresceu 12% (refletindo uma quebra de 25,5% na RAA e um crescimento de 23,6% na RAM). No primeiro caso, a variação deve-se à alteração do critério de registo, uma vez que este ano apenas são consideradas como transferências de capital os recebimentos do Fundo de Coesão da União Europeia. Em ambas as Regiões continuam a desempenhar um papel importante as transferências, no âmbito do POVT, resultantes do aumento da comparticipação comunitária de projetos de investimento.

¹⁷ Lei Orgânica n.º 1/2010, de 29 de março

Gráfico 11 – Receita efetiva RAA

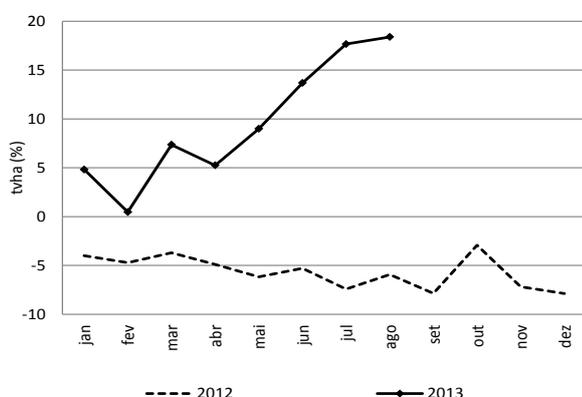
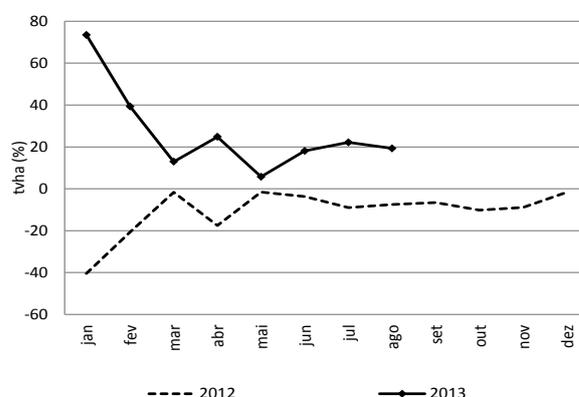


Gráfico 12 – Receita efetiva RAM



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

SALDO

- A Administração Regional apresentou um saldo orçamental de - € 474,9 milhões (-€ 476,2 milhões na RAM e € 1,2 milhões na RAA), o que representa um agravamento de € 393,1 milhões face ao registado em igual período do ano anterior. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores da RAM, o saldo da AR reduz-se para - € 88,3 milhões que compara com - € 81,9 milhões em igual período do ano anterior (-€ 89,5 milhões na RAM que compara com - € 110 milhões no período homólogo). O saldo da RAA traduz uma deterioração orçamental de € 26,9 milhões em termos homólogos, refletindo um crescimento da despesa (23,8%) a um ritmo superior ao da receita (18,4%).

Quadro 18 – Execução orçamental da Administração Regional

(Período: janeiro a agosto)

Natureza	Execução Acumulada M€		Variação Homóloga Acumulada (%)		VH implícita ao objetivo 2013 (%)	Contributo VH agosto (em p.p.)
	2012	2013	julho	agosto		
Receita Efetiva	1258,4	1495,6	19,9	18,8	17,4	18,8
dq. Receita Fiscal	643,9	822,8	26,3	27,8	15,1	14,2
Transferências do Orçamento do Estado	407,1	416,8	8,2	2,4	-0,5	0,8
Resto do Mundo	105,2	162,8	56,9	54,8	46,3	4,6
Despesa Efetiva	1340,2	1970,5	26,4	47,0	57,1	47,0
dq. Despesa com Pessoal	437,5	500,7	15,8	14,4	13,7	4,7
Aquisição de bens e serviços	256,3	244,5	-16,7	-4,6	-5,9	-0,9
Aquisição de bens de capital	61,6	580,3	489,4	842,0	248,9	38,7
Saldo Global	-81,9	-474,9				
<i>Por memória :</i>						
Saldo Primário	-15,1	-405,7				
Saldo Corrente	-165,1	11,4				
Saldo Capital	83,3	-486,3				

Fonte: Direção-Geral do Orçamento com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF

3. Administração Regional

Gráfico 13 - Saldo Global da RAA

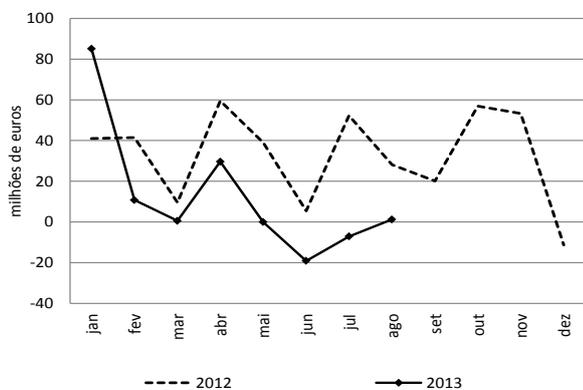
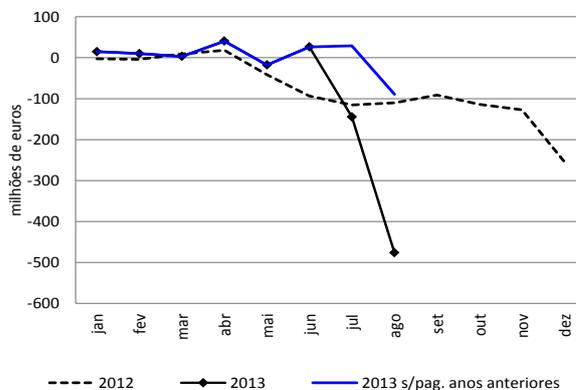


Gráfico 14 – Saldo Global da RAM



Fonte: Direção-Geral do Orçamento



DESPESA

- Nos primeiros oito meses do ano, e em termos homólogos, a despesa efetiva da Administração Local ¹⁸, registou um crescimento de 10,3% resultante, principalmente do, aumento da despesa corrente. Este aumento da despesa encontra-se influenciado pelo pagamento de dívidas de anos anteriores no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Excluindo este efeito, o crescimento da despesa seria de 2,5%.
- A despesa corrente apresentou um crescimento de 12,4%, determinado principalmente pelo comportamento da aquisição de bens e serviços e das despesas com pessoal, com contributos de 4,3 p.p. e 3,9 p.p., respetivamente.
- A despesa de capital registou um incremento de 4,9%, determinado pelo comportamento da aquisição de bens de capital, com um contributo positivo de 1,2 p.p. para a variação da despesa efetiva.
- Importa referir que a despesa com a aquisição de bens e serviços correntes e de capital inclui a liquidação de pagamentos efetuados no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) para regularização de dívidas dos municípios a fornecedores a qual, até agosto, ascendeu a € 326,6 milhões.

Gráfico 15 – Despesa Efetiva - Valores Acumulados

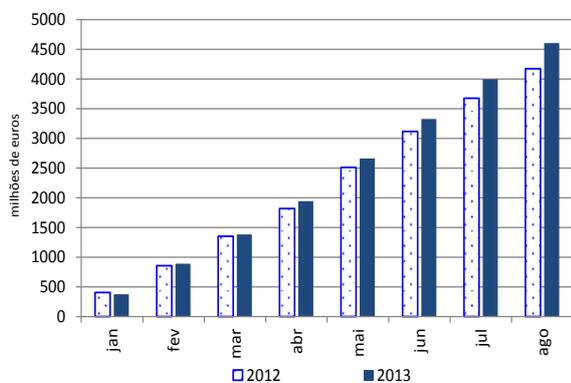
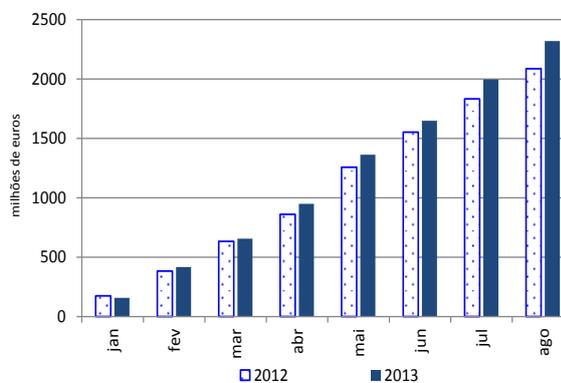


Gráfico 16 – Despesa Bens e Serv. e de Capital - Valores Acumulados



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

RECEITA

- A receita efetiva registou um aumento de 2,8%, em termos homólogos, determinado pela subida acentuada da receita corrente, não obstante a variação negativa da receita de capital, com contributos de 9 p.p. e -6,2 p.p., respetivamente.

¹⁸ A execução orçamental da AL abrange apenas municípios. A partir de janeiro de 2013, esta informação passou a ser elaborada para o universo total dos municípios (308), sendo feita uma estimativa para os municípios com reporte em falta. Refira-se que o saldo da execução orçamental da AL assim apurado é o saldo relevante para efeitos de apuramento do saldo das administrações públicas que compara com o limite do PAEL.

4. Administração Local

- O aumento da receita corrente resultou do contributo positivo das transferências do Orçamento do Estado efetuadas no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro corrente (4,6 p.p.), cuja dotação para 2013 é superior à de 2012, a somar ao comportamento positivo dos impostos diretos, mais concretamente, do Imposto Municipal sobre Imóveis, cujo contributo cifrou-se nos 3,3 p.p. De salientar que o mês de Agosto reflete quer o segundo período de pagamento do IMI, quer a primeira prestação do pagamento adicional por conta da derrama, cuja receita arrecadada está próxima dos níveis do ano transato.
- Por sua vez, a receita de capital registou um decréscimo significativo em todas as suas componentes, em particular, nas transferências provenientes do Orçamento do Estado ao abrigo da Lei das Finanças Locais, com um contributo negativo de 4,8 p.p. decorrente, principalmente, da diminuição, em 2013, da parcela de capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Gráfico 17 – Receita Efetiva – Valores Acumulados

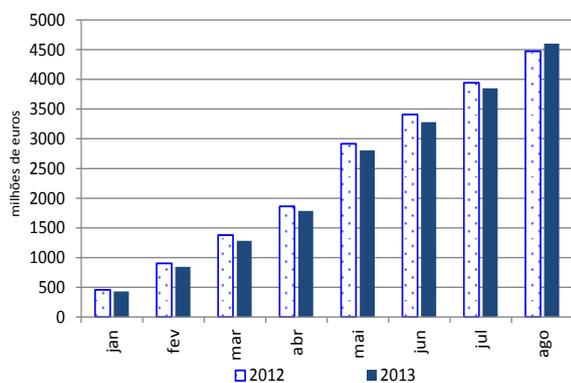
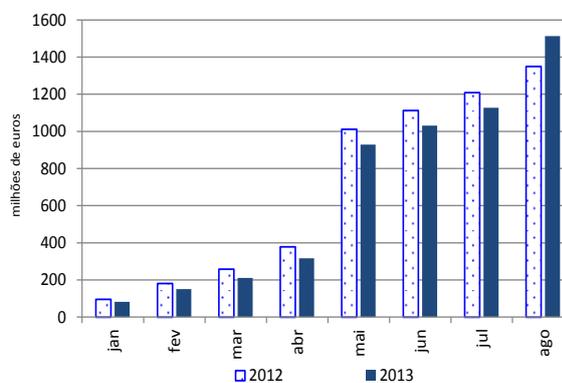


Gráfico 18 – Receita Fiscal – Valores Acumulados



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

SALDO

- O saldo orçamental da Administração Local situou-se, até agosto, em - € 2,5 milhões. Este saldo tem subjacente um universo de reporte de 279 municípios com um saldo de € 4,4 milhões, tendo sido estimado um saldo de - € 6,9 milhões para os 29 municípios com reporte em falta. Excluindo o efeito da regularização de dívidas a fornecedores, no âmbito do PAEL, apura-se um saldo de € 324 milhões que compara com € 302 milhões registados no período homólogo.

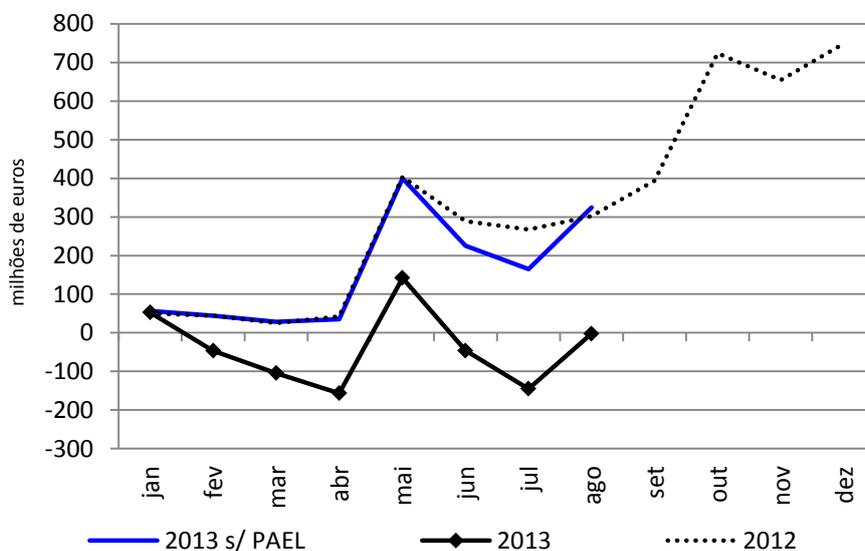
Quadro 19 - Execução Orçamental dos Municípios

(Período: janeiro a agosto)

Natureza	Execução acumulada M€		Variação homóloga acumulada (%)		VH implícita ao objetivo 2013 (%)	Contributo VH agosto (em p.p.)
	2012	2013	julho	agosto		
Receita Efetiva	4.474,1	4.600,7	-2,4	2,8	-4,5	2,8
dq. Receita Fiscal	1.349,3	1.513,8	-6,7	12,2	7,2	3,7
Transferências do Orçamento do Estado	1.517,6	1.526,1	1,1	0,6	20,6	-0,1
Resto do Mundo	405,1	364,6	-7,0	-10,0	-1,8	-0,4
Despesa Efetiva	4.172,1	4.603,3	8,7	10,3	9,7	10,3
dq. Despesa com Pessoal	1.381,3	1.545,0	11,9	11,9	1,3	3,9
Aquisição de bens e serviços	1.135,9	1.316,7	12,6	15,9	5,9	4,3
Aquisição de bens de capital	950,0	1.001,8	4,3	5,5	35,6	1,2
Saldo Global	302,0	-2,5				
<i>Por memória :</i>						
Saldo Primário	391,6	72,0				
Saldo Corrente	481,5	511,2				
Saldo Capital	-179,5	-513,7				
Saldo Global Reportado	302,0	4,4				
Saldo Global Estimado	-	-6,9				

Fonte: Direção Geral do Orçamento com base nos dados do SIAL.

Gráfico 19 - Saldo Global dos Municípios



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

5. Operações com ativos financeiros

- Em agosto, a despesa do Estado com ativos financeiros foi de € 77,5 milhões. Este resultado é essencialmente explicado pela concessão de empréstimos a médio e longo prazo, onde se destacam os atribuídos, à administração local (€ 43,2 milhões) no âmbito do Programa PAEL, às empresas públicas (€ 22,7 milhões) e o empréstimo-quadro com o Banco Europeu de Investimento (BEI) para o financiamento de operações aprovadas a cofinanciamento pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão (€ 8 milhões). A despesa acumulada em ativos financeiros situa-se nos € 3 913,9 milhões, representando uma taxa de execução de 20,4% face ao previsto.

Quadro 20 – Despesa com ativos financeiros

	Execução dezembro		Execução Mensal			Execução Acumulada	Grau de Execução (%)
	2012	2013	junho	julho	agosto		
	Orçamento					2013	
Empréstimos a curto prazo	14,8	18,0	0,0	4,0	0,0	12,0	66,7
Empréstimos a médio e longo prazo	4.734,6	9.910,2	139,4	532,9	74,7	2.345,0	23,7
Fundo de Resolução	0,0	1.500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Entidades públicas	18,2	9,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas públicas reclassificadas	3.781,4	6.918,5	82,8	466,4	22,7	1.755,4	25,4
Administração pública regional	770,1	500,0	8,8	5,1	0,0	211,1	42,2
Administração local do continente	104,1	601,6	47,2	37,8	43,2	273,1	45,4
Empréstimo quadro - BEI	24,2	300,1	0,0	23,0	8,0	71,1	23,7
Administração local das regiões autónomas	9,8	57,8	0,0	0,0	0,0	24,1	41,6
Famílias	0,0	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Países terceiros	27,0	17,6	0,6	0,6	0,8	10,4	59,0
Dotações de capital	1.589,7	1.613,3	0,8	0,0	0,0	402,3	24,9
Mecanismo Europeu de Estabilidade	802,9	802,9	0,0	0,0	0,0	401,5	50,0
Holding Fundo Jessica e Fundo Salvaguarda do Património Cultural	21,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Simab, S.A.	11,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Caixa Geral de Depósitos	750,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresarialização dos hospitais	0,0	223,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas públicas reclassificadas	0,0	583,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	4,8	0,0	0,8	0,0	0,0	0,8	0,0
Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira	5.400,0	7.500,0	0,0	0,0	0,0	1.100,0	14,7
Expropriações	1,7	4,0	0,3	0,3	0,9	1,5	36,7
Execução de garantias	64,4	92,2	2,7	0,1	2,0	13,0	14,1
Participações em organizações internacionais	4,9	44,0	0,0	0,0	0,0	40,1	91,1
Total dos ativos financeiros	11.810,3	19.181,7	143,2	537,3	77,5	3.913,9	20,4

Fonte: Ministério das Finanças.

- Em agosto, as receitas com ativos financeiros ascenderam a € 211,8 milhões. Desse montante destacam-se € 41,9 milhões referentes a rendimentos de propriedade, sendo € 19,9 milhões de juros recebidos de sociedades financeiras (BANIF), no âmbito das emissões de obrigações de capital contingente (*coco bonds*), de juros recebidos da Administração Regional no âmbito do Programa PAEF (€ 15,5 milhões) e o remanescente diz respeito a juros recebidos de países terceiros e organizações internacionais. As receitas com títulos a médio e longo prazo de sociedades financeiras, no montante de € 150 milhões, refletem a recompra por parte do banco BANIF de obrigações de capital contingente subscritas pelo Estado. As receitas de amortizações de empréstimos concedidos a médio e longo prazo, no valor de € 2,4 milhões, são essencialmente explicadas pela amortização de capital pelo ex-gabinete da área de Sines (€ 1,9 milhões).

6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

Quadro 21 – Principais receitas de ativos financeiros

Período: janeiro a agosto					€ Milhões
	Execução dezembro	Execução mensal			Execução acumulada
	2012	junho	julho	agosto	2013
Rendimentos de propriedade	522,9	55,9	220,6	45,7	773,2
Juros	447,1	55,6	220,6	41,9	407,6
Dividendos	75,8	0,4	0,0	3,7	365,7
Títulos a médio e longo prazo - Sociedades financeiras	300,0	0,0	80,0	150,0	430,0
Amortizações	137,9	214,0	75,2	2,4	644,6
Empréstimos a curto prazo	14,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos a médio e longo prazos	123,1	214,0	75,2	2,4	644,6
Alienação de partes sociais de empresas	2.208,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros activos financeiros	27,4	0,0	0,8	13,7	16,0
Total	3.196,3	270,0	376,5	211,8	1.863,8

Fonte: Ministério das Finanças.

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

- A execução financeira acumulada do SNS no final do mês de agosto apresenta, face a igual período do ano passado, um decréscimo da receita de 20,7%, influenciado pelo menor volume de transferências do Orçamento do Estado, uma vez que em agosto de 2012 o SNS recebeu a 2ª tranche da 2.ª alteração ao Orçamento do Estado, totalizando € 1.500 milhões. A despesa apresenta um decréscimo marginal (-0,3%).

6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

Quadro 22 – Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

Período: janeiro a agosto

	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada (%)		Contributo VHA agosto (em p.p.)
	2012	2013	julho	agosto	
Transferências correntes	6.452,2	5.042,6	-13,9	-21,8	-21,1
Jogos Sociais	60,0	66,0	8,4	10,0	0,1
Venda de Bens e Serviços Correntes	88,0	105,7	20,0	20,1	0,3
Taxas Moderadoras	48,8	60,2	39,2	23,4	0,2
Outras receitas	19,5	13,6	-32,6	-30,3	-0,1
Receita total	6.668,5	5.288,1	-12,9	-20,7	
Despesas com o pessoal	516,8	603,8	16,9	16,8	1,7
Fornecimentos e serviços externos dos quais:	4.626,8	4.565,4	-1,0	-1,3	-1,2
Produtos vendidos farmácias	830,4	800,3	-5,9	-3,6	-0,6
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	441,9	451,4	0,6	2,1	0,2
Parcerias público-privadas (PPP)	221,6	276,3	23,9	24,7	1,0
Responsabilidades com as entidades públicas empresariais:	2.783,6	2.692,3	-1,7	-3,3	-1,7
Outra despesa	116,2	73,1	-37,5	-37,1	-0,8
Despesa total	5.259,8	5.242,3	-0,1	-0,3	
Saldo	1.408,7	45,8			

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

O saldo apresentado evidencia a perspetiva financeira, que é uma aproximação às contas nacionais, a receita inclui as transferências totais recebidas no ano, mas os custos são os do ano orçamental.

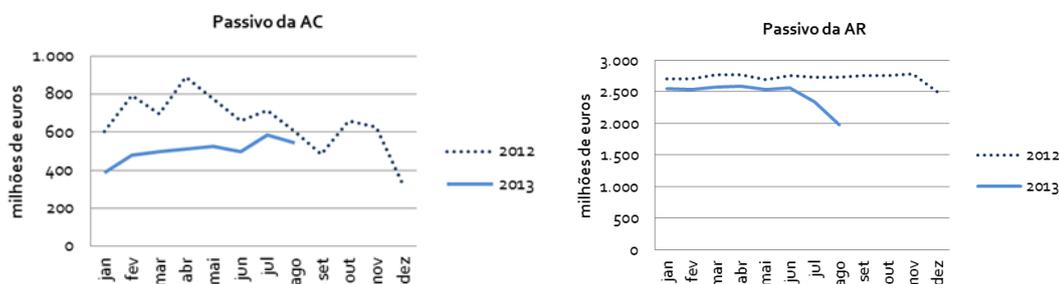
- No que diz respeito à **despesa**, a componente que apresenta uma maior variação homóloga são as PPP (24,7%), que refletem o aumento do valor do Hospital de Braga (€ 108,6 milhões em 2013 face a € 84,3 milhões em 2012) e o início, no corrente ano, do pagamento das rendas do edifício da PPP do Hospital de Vila Franca de Xira. O aumento dos custos com pessoal (+16,8%) resulta da reintrodução dos pagamentos dos subsídios de natal e de férias, bem como os aumentos das contribuições e incidências de descontos para a CGA por parte da entidade patronal. Em sentido inverso, destaca-se a descida da rubrica com maior peso na despesa total, a contratação de serviços às Entidades Públicas Empresariais (€ -91,3 milhões), assim como a despesa com produtos vendidos por farmácias (€ -30,1 milhões), não obstante o SNS ter passado a suportar, a partir de abril, os encargos com medicamentos dos subsistemas de saúde da ADSE, GNR, PSP e Forças Armadas.
- Na **receita**, para além do efeito da 2.ª alteração do OE de 2012 já mencionado, salienta-se o facto de as transferências do OE para 2013 estarem ainda abaixo dos valores correspondentes aos respetivos duodécimos, em cerca de € 228 milhões. As receitas próprias prosseguem a evolução positiva registada nos meses anteriores, pese embora o menor desempenho das taxas moderadoras, face ao mês anterior (23,4% de variação homóloga versus 39,2% em julho).
- No final de agosto o SNS apresenta um **saldo** positivo de € 45,8 milhões. Expurgando o efeito, em 2012, da 2.ª tranche dos recebimentos para a regularização extraordinária de dívidas (€ 1 500 milhões), o saldo melhorou € 137,1 milhões face ao período homólogo.



DÍVIDA NÃO FINANCEIRA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

- No final de agosto, o passivo não financeiro das Administrações Públicas (AP) registou um decréscimo de € 522 milhões quando comparado com o mês anterior, situando-se em € 4 847 milhões. Todos os subsectores contribuíram para esta diminuição, com especial destaque para a Administração Regional (€ -366 milhões) e Local (€ -112 milhões), o que evidencia o efeito favorável dos programas de regularização de dívidas a fornecedores.
- No que diz respeito à Administração Central, a descida dos passivos não financeiros (€ -44 milhões) é explicada pelas transferências para as AP, € -25 milhões, pelas transferências para fora das AP, € -18 milhões e pelas aquisições de bens e serviços, € -12 milhões. Apesar da diminuição de 18,4 milhões do passivo da Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional referente ao Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (conforme previsto no artigo 13º da Lei n.º 51/2013, de 24 de julho da 1.ª alteração ao Orçamento do Estado para 2013), a rubrica de subsídios aumenta €20 milhões, ficando a restante variação (€ -10 milhões) repartida pelas outras componentes da despesa.
- O passivo não financeiro da Administração Regional apresenta uma queda de € 366 milhões, sobretudo na componente de aquisições de bens de capital, onde se concentra o pagamento de dívidas de anos anteriores da RAM.

Gráfico 20 – Passivo da Administração Central e Administração Regional – Stock em final de período

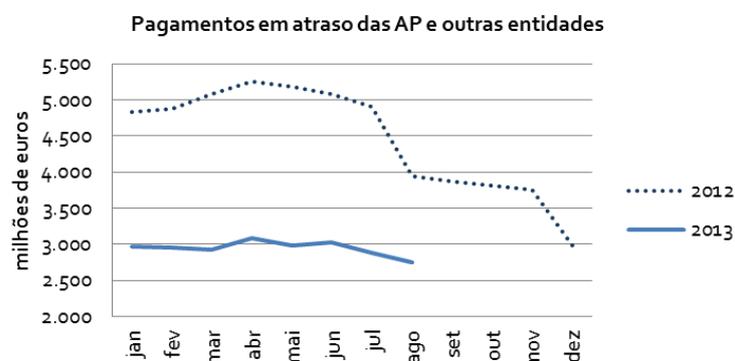


Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- No mês de agosto, e face ao período anterior, os pagamentos em atraso registaram uma variação de € -136 milhões, situando-se em € 2 752 milhões. As variações mais significativas são as da Administração Regional e Local (€ -116 milhões e € -53 milhões, respetivamente), em linha com o verificado no mês de julho. Em agosto, os Hospitais EPE voltaram a registar um aumento de pagamentos em atraso (€ 33 milhões), acumulando desde o início do ano um aumento de € 269 milhões.

6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

Gráfico 21 - Pagamentos em atraso das Administrações Públicas – Stock em final de período



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

DESPESA/RECEITA COM TRATAMENTO DIFERENCIADO EM CONTAS NACIONAIS

Quadro 23 – Operações com registo diferenciado em Contas Nacionais

Designação da operação	Registo Contabilidade Pública	Registo Contabilidade Nacional	Execução Mensal			€ Milhões
			junho	julho	agosto	Execução Acumulada
						2013
Regularização de dívidas anos anteriores			14,3	213,1	238,0	722,8
PAEL	Despesa da AL	-	14,3	38,6	16,2	326,6
Empréstimo RAM com aval do Estado	Despesa da AR	-	0,0	173,4	212,3	385,7
SNS	Despesa dos SFA	-	0,0	1,0	9,5	10,5
Contribuição Extraord. Solidariedade (SS)	Contribuições recebidas	Dedução a Prestações Sociais	11,9	13,1	13,1	93,9
Contribuição Extraord. Solidariedade (CGA)	Contribuições recebidas	Dedução a Prestações Sociais	30,9	32,2	32,8	240,9
Contribuição do setor bancário	Outras receitas correntes	Impostos diretos	64,4	62,7	0,0	127,1
Dotação de capital - Banif	Ativos financeiros	Despesa de Capital	0,0	0,0	0,0	700,0

Fonte: Ministério das Finanças

Síntese Execução Orçamental 2013

*Informação Estatística
agosto*

Índice

	Última actualização	Próxima actualização	Último valor disponível
1 - Limites e execução do Saldo Global das Administrações Públicas	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
2 - Conta Consolidada das Administrações Públicas	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-julho 2013
3 - Execução Orçamental consolidada da Administração Central e Segurança Social	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
4 - Conta consolidada da Administração Central	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
5 - Execução Orçamental do Estado	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
6 - Execução da Receita do Estado	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
7 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
8 - Execução Orçamental das Entidades Públicas Reclassificadas	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
9 - Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
10 - Execução Orçamental da Segurança Social, por natureza	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
11 - Execução Orçamental da Segurança Social por classificação económica	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
12 - Administração Regional	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
13 - Administração Local	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
14 - Despesa com Ativos Financeiros	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
15- Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
16 - Dívida não Financeira da Administração Pública	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
17 - Indicadores Físicos e Financeiros do Sistema de Proteção Social da Função Pública	24-setembro-13	24-outubro-13	jan-agosto 2013
Glossário			

1 - Limites e execução do Saldo Global das Administrações Públicas

€ Milhões

	Execução 2012	I trim. 2013	II trim. 2013	julho 2013	agosto 2013	III trim. 2013
Limites do PAEF	-9.028	-1.900	-6.000			-7.300
Saldo das Administrações Públicas (Contabilidade Pública)	-7.134,6	-1.435,4	-4.055,8	-5.644,3	-5.457,3	
Administração Central	-8.048,8	-1.469,4	-4.434,9	-5.520,0	-5.471,2	
Estado	-8.896,0	-1.852,0	-4.851,2	-5.696,6	-6.027,3	
Serviços e Fundos Autónomos excluindo EPR	1.682,1	772,5	1.014,6	790,8	1.112,5	
Entidades Públicas Reclassificadas	-834,9	-390,0	-598,4	-614,2	-556,5	
Administração Regional	-266,0	3,7	7,4	-151,6	-474,9	
Madeira	-254,9	3,1	26,4	-144,4	-476,2	
Açores	-11,1	0,6	-19,1	-7,1	1,2	
Administração Local	748,7	-104,4	-46,3	-145,1	-2,5	
Municípios com reporte de informação	748,7	-104,0	-45,5	-142,1	4,4	
Segurança Social	431,5	134,7	418,1	172,3	491,4	
Ajustamentos PAEF						
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-93,4	0,2	-11,0	-11,1	-12,3	
Programa de regularização de dívidas do setor da saúde	1.500,0			1,0	10,5	
Fundos de pensões	-2.783,9	-48,1	-48,1	-48,1	-48,1	
PAEL - regularização de dívidas dos Municípios	13,3	132,4	271,7	310,3	326,6	
RAM - regularização de dívidas				173,4	385,7	
Saldo das Administrações Públicas (Critério de Desempenho)	-8.498,6	-1.351,0	-3.843,2	-5.218,7	-4.794,8	
Diferencial (saldo critério desempenho - limite PAEF)	529,4	549,0	2.156,8			

Notas:

Valores atualizados com informação disponível até setembro

Fonte: Ministério das Finanças

2 - Conta Consolidada das Administrações Públicas

	€ Milhões				
	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas
Receita corrente	21.792,3	13.492,2	4.267,6	14.904,6	38.665,4
Receita fiscal	19.148,9	681,3	2.051,4	0,0	21.881,6
Impostos directos	8.827,7	21,4	1.571,6	0,0	10.420,6
Impostos indirectos	10.321,2	659,9	479,8	0,0	11.461,0
Contribuições de Segurança Social	301,5	2.518,5	4,0	7.571,5	10.395,5
Outras receitas correntes	2.341,9	10.292,4	2.212,1	7.333,1	6.388,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	269,6	8.347,4	1.317,8	5.856,5	
Receita de capital	197,2	686,3	1.128,0	3,0	1.209,4
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	12,2	151,3	638,9	2,7	
Receita efectiva	21.989,6	14.178,5	5.395,6	14.907,6	39.874,8
Despesa corrente	26.806,7	12.917,5	4.232,0	14.724,8	42.889,6
Consumo público	6.204,0	6.563,3	3.422,8	269,0	16.459,1
Despesas com o pessoal	5.072,4	1.852,5	1.927,9	154,5	9.007,2
Aquisição de bens e serviços	733,5	4.633,5	1.426,3	35,9	6.829,3
Outras despesas correntes	398,1	77,3	68,6	78,6	622,6
Subsídios	99,6	69,4	92,4	851,7	1.113,1
Juros e outros encargos	3.700,9	402,7	127,7	1,6	4.232,8
Transferências correntes	16.802,2	5.882,2	589,0	13.602,5	21.084,6
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	15.181,4	211,1	10,6	388,2	
Despesa de capital	879,4	1.084,4	1.467,8	10,6	2.637,1
Investimentos	39,9	768,3	1.283,7	2,6	2.094,5
Transferências de capital	833,5	307,9	167,9	8,0	512,1
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	780,5	19,9	4,7	0,0	
Outras despesas de capital	6,1	8,2	16,2	0,0	30,5
Despesa efectiva	27.686,1	14.001,9	5.699,8	14.735,4	45.526,7
Saldo global	-5.696,6	176,6	-304,2	172,3	-5.651,9
Despesa primária	23.985,3	13.599,2	5.572,1	14.733,8	41.293,9
Saldo corrente	-5.014,4	574,7	35,6	179,8	-4.224,2
Saldo de capital	-682,2	-398,1	-339,8	-7,6	-1.427,7
Saldo primário	-1.995,7	579,3	-176,5	173,9	-1.419,1

Nota:

Conta Consolidada das Administrações Públicas compilada com dados da execução orçamental publicados no Boletim da Síntese de Execução Orçamental de julho de 2013.

Fonte: Ministério das Finanças

3 - Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

Período: janeiro a agosto

	€ Milhões									
	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo	2012		2013		Variação Homóloga (%)		Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)	Grau de Execução acumulado (%)
	2013	Execução Mensal	Execução Acumulada	Execução Mensal	Execução Acumulada	Mensal	Acumulada			
Receita corrente	65.262,1	5.326,1	39.302,0	5.719,3	41.680,8	7,4	6,1	5,5	7,9	63,9
Receita fiscal	35.330,9	3.110,6	21.964,0	3.018,3	22.848,5	-3,0	4,0	2,0	4,0	64,7
Impostos diretos	15.821,6	1.110,4	8.405,0	1.151,4	10.000,5	3,7	19,0	3,7	15,9	63,2
Impostos indiretos	19.509,3	2.000,2	13.559,0	1.866,8	12.848,0	-6,7	-5,2	-1,6	-4,0	65,9
Contribuições de Segurança Social	18.471,8	1.433,3	11.236,0	1.551,7	11.943,2	8,3	6,3	1,6	9,5	64,7
Outras receitas correntes	11.459,4	782,2	6.102,1	1.149,3	6.889,1	46,9	12,9	1,8	18,7	60,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	82,4	5,8	41,6	6,9	40,6	18,4	-2,3	0,0	24,4	49,3
Receita de capital	2.649,2	169,3	3.889,4	140,0	865,3	-17,3	-77,8	-7,0	-54,9	32,7
Venda de bens de investimento	187,0	2,8	7,6	5,0	38,8	76,1	411,1	0,1	1.124,6	20,8
Transferências de Capital	1.577,8	162,3	3.430,9	130,2	686,6	-19,8	-80,0	-6,4	-65,6	43,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	60,9	0,5	6,2	2,7	11,8	451,9	89,1	0,0	567,2	19,4
Outras receitas de capital	884,3	4,1	450,8	4,7	139,8	14,9	-69,0	-0,7	-30,2	15,8
Receita efetiva	67.911,3	5.495,4	43.191,4	5.859,2	42.546,1	6,6	-1,5		2,3	62,6
Despesa corrente	73.684,9	5.877,1	44.487,1	5.364,8	45.586,1	-8,7	2,5	2,3	6,1	61,9
Consumo público	25.753,3	2.722,5	16.050,1	1.835,7	15.107,3	-32,6	-5,9	-2,0	4,0	58,7
Despesas com o pessoal	12.803,2	931,9	7.756,7	1.024,3	8.103,6	9,9	4,5	0,7	8,9	63,3
Aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes	12.950,1	1.790,6	8.293,5	811,5	7.003,7	-54,7	-15,6	-2,7	-0,4	54,1
Subsídios	2.459,0	97,8	812,9	285,8	1.306,5	192,1	60,7	1,0	23,2	53,1
Juros e outros encargos	7.962,3	361,1	4.696,4	296,6	4.401,7	-17,8	-6,3	-0,6	0,4	55,3
Transferências correntes	37.510,2	2.695,7	22.927,7	2.946,6	24.770,6	9,3	8,0	3,9	7,8	66,0
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	2.175,5	150,9	1.300,0	144,9	1.462,6	-4,0	12,5	0,3	17,7	67,2
Despesa de capital	3.861,4	336,7	2.707,2	126,6	1.939,8	-62,4	-28,3	-1,6	-14,6	50,2
Investimento	2.124,1	196,3	1.366,5	33,8	844,6	-82,8	-38,2	-1,1	-13,0	39,8
Transferências de capital	1.622,9	142,5	1.324,2	86,8	1.074,6	-39,1	-18,8	-0,5	-19,5	66,2
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	978,4	86,3	912,4	34,7	673,6	-59,8	-26,2	-0,5	-24,9	68,8
Outras despesas de capital	114,5	-2,1	16,5	6,0	20,6	-379,1	24,8	0,0	81,3	18,0
Despesa efetiva	77.546,3	6.213,8	47.194,3	5.491,4	47.525,9	-11,6	0,7		4,8	61,3
Saldo global	-9.635,0	-718,4	-4.002,9	367,8	-4.979,8					
Ajustamentos PAEF										
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-88,2	-24,9	-45,4	-1,2	-12,3					
Transferência adicional para o SNS		841,0	1.314,9	9,5	10,5					
Fundos de pensões	-48,1	0,0	-2.783,9	0,0	-48,1					
Saldo global (Critério de Desempenho PAEF)	-9.771,3	97,7	-5.517,2	376,2	-5.029,7					
Despesa primária	69.583,9	5.852,7	42.497,9	5.194,7	43.124,1	-11,2	1,5			62,0
Saldo corrente	-8.422,8	-550,9	-5.185,1	354,4	-3.905,4					
Saldo de capital	-1.212,2	-167,4	1.182,2	13,4	-1.074,5					
Saldo primário	-1.672,7	-357,3	693,5	664,5	-578,1					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	19.152,4	827,8	9.193,9	67,2	3.417,0	-91,9	-62,8			17,8
dos quais Receitas de:										
Alienação de partes de Capital	1.040,0	0,0	160,0	0,0	0,0	-	-100,0			0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	24.994,7	-1.439,6	17.475,2	2.819,8	21.088,8	-295,9	20,7			84,4

Notas:

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

O valor das rubricas residuais de receita do Objetivo 2013 foi revisto, por ajustamento de classificação entre "outras receitas de capital" e "outras receitas correntes".

Os valores negativos resultam de operações de consolidação.

Fonte: Ministério das Finanças

4 - Conta Consolidada da Administração Central

Período: janeiro a agosto

€ Milhões

	Objetivo 2013		2012		2013		Variação Homóloga (%)		Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)
	Orçamento Retificativo		Execução Mensal	Execução Acumulada	Execução Mensal	Execução Acumulada	Mensal	Acumulada		
	2013									
Receita corrente	50.131,3	4.005,2	29.063,4	4.483,2	31.553,0	11,9	8,6	7,6	11,5	
Impostos diretos	15.821,6	1.110,4	8.405,0	1.151,4	10.000,5	3,7	19,0	4,8	15,9	
Impostos indiretos	19.509,3	1.938,2	13.077,8	1.866,8	12.848,0	-3,7	-1,8	-0,7	0,4	
Contribuições de Segurança Social	5.363,7	289,8	2.529,0	396,8	3.216,8	36,9	27,2	2,1	41,7	
Transferências Correntes	2.603,9	261,4	1.402,0	651,0	1.376,2	149,0	-1,8	-0,1	11,7	
Administrações Públicas	1.599,6	145,4	804,0	553,2	968,3	280,3	20,4	0,5	40,9	
Outras	1.004,3	116,0	598,0	97,8	407,8	-15,7	-31,8	-0,6	-16,0	
Outras receitas correntes	6.832,8	405,3	3.649,7	417,2	4.111,6	2,9	12,7	1,4	18,5	
Receita de capital	2.627,9	169,2	3.887,3	139,4	864,0	-17,6	-77,8	-9,2	-55,2	
Venda de bens de investimento	167,0	2,8	6,0	4,5	37,8	62,3	528,1	0,1	1.222,9	
Transferências de Capital	1.607,3	162,1	3.431,5	130,6	688,9	-19,4	-79,9	-8,3	-65,0	
Administrações Públicas	90,4	0,2	6,8	3,1	14,1	1.247,5	106,8	0,0	513,4	
Outras	1.516,9	161,8	3.424,7	127,5	674,8	-21,2	-80,3	-8,3	-66,9	
Outras receitas de capital	853,6	4,4	449,8	4,4	137,2	-0,6	-69,5	-0,9	-32,1	
Receita efetiva	52.759,2	4.174,3	32.950,7	4.622,6	32.417,0	10,7	-1,6		3,8	
Despesa corrente	58.607,2	4.692,0	34.553,1	4.449,2	35.958,7	-5,2	4,1	3,8	7,7	
Despesas com o pessoal	12.541,6	910,8	7.588,8	1.003,3	7.928,2	10,2	4,5	0,9	9,0	
Aquisição de bens e serviços	11.211,0	1.669,9	7.458,4	923,1	6.290,1	-44,7	-15,7	-3,1	-6,7	
Juros e outros encargos	7.955,2	361,0	4.694,6	296,6	4.400,1	-17,8	-6,3	-0,8	0,3	
Transferências Correntes	24.495,5	1.629,7	13.764,8	1.952,8	16.404,9	19,8	19,2	7,1	14,7	
Administrações Públicas	11.811,4	750,0	6.183,0	914,2	8.074,3	21,9	30,6	5,1	19,2	
Outras	12.684,1	879,7	7.581,8	1.038,6	8.330,6	18,1	9,9	2,0	10,8	
Subsídios	936,2	33,7	339,5	195,6	364,5	479,6	7,4	0,1	25,6	
Outras despesas correntes	1.467,6	86,8	706,9	77,9	570,8	-10,3	-19,2	-0,4	71,1	
Despesa de capital	3.790,1	329,9	2.669,2	124,7	1.929,5	-62,2	-27,7	-2,0	-15,3	
Investimento	2.082,8	194,8	1.352,1	32,9	841,2	-83,1	-37,8	-1,4	-13,7	
Transferências de capital	1.592,8	137,2	1.300,7	85,8	1.067,8	-37,5	-17,9	-0,6	-20,3	
Administrações Públicas	982,0	86,7	914,3	35,0	676,0	-59,7	-26,1	-0,6	-24,8	
Outras	610,8	50,5	386,3	50,8	391,8	0,6	1,4	0,0	-11,8	
Outras despesas de capital	114,5	-2,1	16,5	6,0	20,6	-379,1	24,8	0,0	81,3	
Despesa efetiva	62.397,3	5.021,8	37.222,3	4.573,9	37.888,2	-8,9	1,8		6,0	
Saldo global	-9.638,1	-847,5	-4.271,6	48,7	-5.471,2					
<i>Por memória:</i>										
Despesa primária	54.442,1	4.660,9	32.527,7	4.277,4	33.488,1	-8,2	3,0			
Saldo corrente	-8.475,9	-686,8	-5.489,7	34,0	-4.405,6					
Saldo de capital	-1.162,2	-160,7	1.218,1	14,7	-1.065,6					
Saldo primário	-1.682,9	-486,5	423,0	345,3	-1.071,1					

Notas:

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

O valor das rubricas residuais de receita do Objetivo 2013 foi revisto, por ajustamento de classificação entre “outras receitas de capital” e “outras receitas correntes.”

Fonte: Ministério das Finanças

5 - Execução Orçamental do Estado

Período: janeiro a agosto

€ Milhões

	Objetivo 2013	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	Orçamento Retificativo							
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (p.p.)	
Receita corrente	38.664,1	23.201,3	25.008,0	64,9	64,7	7,8	6,8	8,1
Receita Fiscal	34.233,2	20.754,9	22.066,3	64,8	64,5	6,3	5,0	6,8
Impostos diretos	15.798,7	8.382,7	9.979,1	61,5	63,2	19,0	6,0	15,9
Impostos indiretos	18.434,5	12.372,2	12.087,2	67,2	65,6	-2,3	-1,1	0,1
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	468,7	313,9	335,8	72,5	71,7	7,0	0,1	8,2
Taxas, Multas e Outras Penalidades	666,6	492,7	523,1	66,9	78,5	6,2	0,1	-9,5
Transferências Correntes	1.005,2	576,4	600,3	68,2	59,7	4,2	0,1	19,0
Administração Central	440,7	275,8	212,3	64,0	48,2	-23,0	-0,2	2,3
Outros subsectores das AP	469,1	248,9	351,7	73,6	75,0	41,3	0,4	38,7
Exterior	74,6	38,3	21,1	67,9	28,3	-44,9	-0,1	32,4
Outras transferências	20,7	13,4	15,2	68,3	73,3	13,3	0,0	5,6
Outras Receitas Correntes	2.290,4	1.063,5	1.482,5	62,5	64,7	39,4	1,6	34,6
Receita de capital	1.090,9	3.234,7	201,1	78,8	18,4	-93,8	-11,5	-73,4
Venda de bens de investimento	107,3	-0,2	17,0	-7,3	15,9	-10868,6	0,1	4852,6
Transferências de capital	200,8	2.790,3	50,5	98,0	25,1	-98,2	-10,4	-92,9
Administração Central	95,7	46,3	12,5	73,2	13,1	-73,0	-0,1	51,1
Outros subsectores das AP	0,9	1,1	2,1	91,5	237,6	82,1	0,0	-29,9
União Europeia	42,4	55,1	11,6	58,7	27,3	-78,9	-0,2	-54,8
Outras transferências	61,8	2.687,7	24,3	100,0	39,3	-99,1	-10,1	-97,7
Outras Receitas de Capital	782,8	444,5	133,6	35,4	17,1	-70,0	-1,2	-37,6
Receita efetiva	39.754,9	26.436,0	25.209,1	66,3	63,4	-4,6		-0,3
Despesa corrente	47.029,1	29.618,8	30.281,2	64,5	64,4	2,2	2,1	2,4
Despesas com o pessoal	9.124,3	5.593,0	5.761,2	66,3	63,1	3,0	0,5	8,1
Remunerações Certas e Permanentes	7.040,5	4.316,8	4.297,1	67,4	61,0	-0,5	-0,1	9,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	365,9	222,5	208,2	60,7	56,9	-6,4	0,0	-0,2
Segurança social	1.717,9	1.053,7	1.255,9	63,3	73,1	19,2	0,6	3,3
Aquisição de bens e serviços	1.685,6	886,8	851,8	53,7	50,5	-3,9	-0,1	2,2
Juros e outros encargos	6.944,8	4.238,7	4.000,1	61,7	57,6	-5,6	-0,8	1,0
Transferências correntes	27.813,6	18.460,8	19.116,9	65,4	68,7	3,6	2,1	-1,4
Administração Central	13.906,3	10.697,1	9.234,6	66,6	66,4	-13,7	-4,7	-13,4
Outros subsectores das Administrações Públicas	11.633,1	6.051,0	8.017,3	62,0	68,9	32,5	6,3	19,2
União Europeia	1.556,2	1.307,3	1.486,3	73,8	95,5	13,7	0,6	-12,1
Outras transferências	718,0	405,4	378,6	64,1	52,7	-6,6	-0,1	13,5
Subsídios	244,5	123,6	106,8	50,0	43,7	-13,6	-0,1	-1,1
Outras despesas correntes	1.216,3	315,9	444,4	61,9	36,5	40,7	0,4	138,4
Despesa de capital	1.772,5	1.703,2	955,2	60,4	53,9	-43,9	-2,4	-37,2
Investimento	377,6	185,5	46,6	28,1	12,3	-74,9	-0,4	-42,8
Transferências de capital	1.294,4	1.510,5	901,9	71,0	69,7	-40,3	-1,9	-39,1
Administração Central	269,0	527,6	176,5	78,5	65,6	-66,5	-1,1	-60,0
Outros subsectores das Administrações Públicas	956,0	905,1	668,1	70,4	69,9	-26,2	-0,8	-25,7
União Europeia	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-100,0
Outras transferências	69,3	77,8	57,3	46,1	82,6	-26,4	-0,1	-58,9
Outras despesas de capital	100,5	7,1	6,7	20,4	6,6	-6,4	0,0	187,3
Despesa efetiva	48.801,5	31.322,0	31.236,4	64,2	64,0	-0,3		0,1
Saldo global	-9.046,6	-4.886,0	-6.027,3					
Despesas de anos anteriores		85,8	71,4					
Despesa primária	41.856,8	27.083,4	27.236,3	64,7	65,1	0,6		-0,1
Saldo corrente	-8.365,0	-6.417,5	-5.273,1					
Saldo de capital	-681,6	1.531,5	-754,1					
Saldo primário	-2.101,8	-647,4	-2.027,2					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos dos quais Receitas de:	17.521,9	7.986,0	2.824,0	70,4	16,1	-64,6		
Alienação de partes de Capital	1.000,0	160,0	-40,0	7,2	-4,0	-125,0		
Outros Ativos	1.659,8	247,7	1.089,9	53,4	65,7	339,9		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	26.968,1	17.650,1	20.624,2	84,8	76,5	16,9		

Notas:

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Fonte: Ministério das Finanças

6 - Receita do Estado

Período: janeiro a agosto

€ Milhões

	Objetivo 2013		Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	Orçamento Retificativo								
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (p.p.)		
Receita fiscal	34.233,2	20.754,9	22.066,3	64,8	64,5	6,3	5,0	6,8	
Impostos Diretos	15.798,7	8.382,7	9.979,1	61,5	63,2	19,0	6,0	15,9	
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	11.649,9	5.661,8	7.366,7	62,3	63,2	30,1	6,4	28,2	
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	4.138,7	2.457,1	2.608,0	57,4	63,0	6,1	0,6	-3,3	
Outros	10,1	263,8	4,4	98,6	43,6	-98,3	-1,0	-96,2	
Impostos Indiretos	18.434,5	12.372,2	12.087,2	67,2	65,6	-2,3	-1,1	0,1	
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.125,6	1.428,3	1.377,3	67,5	64,8	-3,6	-0,2	0,5	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	12.719,8	8.731,3	8.550,5	68,2	67,2	-2,1	-0,7	-0,6	
Imposto sobre Veículos (ISV)	350,7	263,3	233,6	72,8	66,6	-11,3	-0,1	-3,1	
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.316,0	739,4	703,4	54,6	53,4	-4,9	-0,1	-2,8	
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	167,8	110,7	111,8	65,9	66,7	1,0	0,0	-0,1	
Imposto do selo	1.512,6	937,3	922,1	69,0	61,0	-1,6	-0,1	11,4	
Imposto Único de Circulação (IUC)	198,6	126,5	159,0	64,0	80,0	25,6	0,1	0,5	
Outros	43,4	35,3	29,5	67,9	68,0	-16,3	0,0	-16,5	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	468,7	313,9	335,8	72,5	71,7	7,0	0,1	8,2	
Comparticipações para a ADSE	446,3	298,8	320,7	73,0	71,9	7,3	0,1	9,0	
Outros	22,4	15,1	15,1	64,0	67,7	0,0	0,0	-5,4	
Receita não fiscal	5.053,1	5.367,2	2.806,9	72,7	55,5	-47,7	-9,7	-31,6	
Correntes	3.962,2	2.132,5	2.605,9	65,0	65,8	22,2	1,8	20,7	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	666,6	492,7	523,1	66,9	78,5	6,2	0,1	-9,5	
Taxas	338,1	239,8	289,7	65,6	85,7	20,8	0,2	-7,6	
Juros de mora e compensatórios	90,1	77,4	78,8	69,6	87,5	1,8	0,0	-18,9	
Multas do Código da Estrada	85,5	64,0	51,3	69,6	60,0	-20,0	0,0	-7,1	
Outras multas e penalidades diversas	152,9	111,5	103,4	66,5	67,6	-7,2	0,0	-8,7	
Rendimentos da Propriedade	1.130,5	237,6	775,1	45,1	68,6	226,2	2,0	114,5	
Juros	718,5	159,6	407,8	35,7	56,8	155,5	0,9	60,5	
Dividendos e participações nos lucros	408,6	77,2	366,4	100,0	89,7	374,6	1,1	429,3	
Outros	3,4	0,8	0,9	39,3	27,7	11,3	0,0	58,2	
Transferências Correntes	1.005,2	576,4	600,3	68,2	59,7	4,2	0,1	19,0	
Administração Central	440,7	275,8	212,3	64,0	48,2	-23,0	-0,2	2,3	
Outros subsectores das AP	469,1	248,9	351,7	73,6	75,0	41,3	0,4	38,7	
Exterior	74,6	38,3	21,1	67,9	28,3	-44,9	-0,1	32,4	
Outros	20,7	13,4	15,2	68,3	73,3	13,3	0,0	5,6	
Venda de Bens e Serviços Correntes	546,7	303,0	270,8	67,4	49,5	-10,6	-0,1	21,6	
Outras Receitas Correntes	414,4	370,5	297,0	74,8	71,7	-19,8	-0,3	-16,3	
Prémios e taxas por garantias de riscos	233,7	184,6	143,9	64,2	61,6	-22,1	-0,2	-18,8	
Outros	180,6	185,9	153,1	89,6	84,8	-17,6	-0,1	-12,9	
Recursos Próprios Comunitários	155,2	109,0	99,8	70,1	64,3	-8,4	0,0	-0,2	
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	43,6	43,4	39,7	58,3	91,0	-8,5	0,0	-41,4	
Capital	1.090,9	3.234,7	201,1	78,8	18,4	-93,8	-11,5	-73,4	
Venda de Bens de Investimento	107,3	-0,2	17,0	-	15,9	-	0,1	4.852,6	
Transferências de Capital	200,8	2.790,3	50,5	98,0	25,1	-98,2	-10,4	-92,9	
Administração Central	95,7	46,3	12,5	73,2	13,1	-73,0	-0,1	51,1	
Outros subsectores das AP	0,9	1,1	2,1	91,5	237,6	82,1	0,0	-29,9	
Exterior	42,4	55,1	11,6	58,7	27,3	-78,9	-0,2	-54,8	
Outros	61,8	2.687,7	24,3	100,0	39,3	-99,1	-10,1	-97,7	
Outras Receitas de Capital	661,4	282,5	34,3	26,0	5,2	-87,9	-0,9	-39,1	
Saldo da Gerência Anterior	121,4	162,1	99,3	96,3	81,8	-38,7	-0,2	-27,9	
Receita efetiva	39.754,9	26.436,0	25.209,1	66,3	63,4	-4,6	-0,3		
<i>Por memória:</i>									
Ativos Financeiros	2.659,8	407,7	1.049,9	15,3	39,5	157,5			
Alienação de partes sociais de empresas	1.000,0	160,0	-40,0	7,2	-	-			
Outros ativos	1.659,8	247,7	1.089,9	53,4	65,7	339,9			
Passivos Financeiros	143.417,1	84.340,0	66.414,3	75,3	46,3	-21,3			

Notas:

Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR).

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

As transferências intra-setoriais são excluídas do quadro e, na parte que não é comum com a da despesa, são imputadas a outras transferências correntes e de capital.

CGA - Caixa Geral de Aposentações; ADSE - Direção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Fonte: Ministério das Finanças

7 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (inclui Entidades Públicas Reclassificadas)

Período: janeiro a agosto

€ Milhões

	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)	
Receita corrente	25.754,3	16.809,5	15.952,6	65,4	61,9	-5,1	-4,8	0,2
Receita Fiscal	1.097,7	727,8	782,2	69,7	71,3	7,5	0,3	5,2
Impostos diretos	22,9	22,3	21,4	100,0	93,3	-4,1	0,0	2,8
Impostos indiretos	1.074,8	705,5	760,8	69,1	70,8	7,8	0,3	5,2
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4.895,1	2.215,1	2.880,9	66,1	58,9	30,1	3,7	46,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.824,4	995,7	1.015,2	63,6	55,6	2,0	0,1	16,6
Transferências Correntes	15.889,0	11.800,2	10.197,5	65,7	64,2	-13,6	-8,9	-11,6
Administração Central - Estado	13.846,3	10.693,9	9.203,8	66,6	66,5	-13,9	-8,3	-13,8
Outros subsectores das AP	1.130,4	555,0	616,6	69,7	54,5	11,1	0,3	41,9
União Europeia	815,2	434,9	321,2	46,0	39,4	-26,1	-0,6	-13,7
Outras transferências	97,1	116,4	56,0	65,9	57,6	-51,9	-0,3	-45,0
Outras Receitas Correntes	2.048,1	1.070,6	1.076,7	60,8	52,6	0,6	0,0	16,3
Receita de capital	1.899,4	1.218,4	850,4	48,7	44,8	-30,2	-2,0	-24,0
Venda de bens de investimento	59,1	6,2	20,8	59,1	35,2	236,3	0,1	464,5
Transferências de capital	1.831,2	1.211,1	826,2	48,7	45,1	-31,8	-2,1	-26,4
Administração Central - Estado	268,0	523,5	175,2	77,7	65,4	-66,5	-1,9	-60,2
Outros subsectores das AP	89,5	5,7	12,0	42,0	13,4	111,9	0,0	563,9
União Europeia	1.397,7	575,6	579,7	47,7	41,5	0,7	0,0	15,9
Outras transferências	76,0	106,3	59,3	17,9	78,0	-44,2	-0,3	-87,2
Outras Receitas de Capital	9,1	1,1	3,4	75,6	37,7	212,8	0,0	528,1
Receita efetiva	27.653,8	18.027,9	16.803,0	63,9	60,8	-6,8		-1,9
Despesa corrente	25.865,2	15.881,7	15.085,1	63,6	58,3	-5,0	-4,6	3,6
Despesas com o pessoal	3.417,3	1.995,8	2.167,0	65,1	63,4	8,6	1,0	11,5
Remunerações Certas e Permanentes	2.607,4	1.532,3	1.656,4	66,0	63,5	8,1	0,7	12,3
Abonos Variáveis ou Eventuais	219,4	121,9	118,0	60,5	53,8	-3,2	0,0	8,9
Segurança social	590,5	341,6	392,6	63,0	66,5	14,9	0,3	8,9
Aquisição de bens e serviços	9.525,4	6.571,6	5.438,3	63,4	57,1	-17,2	-6,5	-8,1
Juros e outros encargos	1.010,5	456,0	400,0	43,3	39,6	-12,3	-0,3	-4,1
Transferências correntes	11.033,0	6.254,6	6.726,5	64,9	61,0	7,5	2,7	14,5
Administração Central - Estado	444,8	253,5	203,9	58,0	45,8	-19,6	-0,3	1,7
Outros subsectores das AP	178,3	132,0	57,0	87,1	32,0	-56,8	-0,4	17,7
União Europeia	47,1	7,9	5,8	32,7	12,3	-26,4	0,0	96,0
Outras transferências	10.362,9	5.861,3	6.459,8	65,0	62,3	10,2	3,4	14,9
Subsídios	691,7	215,9	257,7	43,3	37,3	19,3	0,2	38,8
Outras despesas correntes	187,4	387,8	95,6	113,8	51,0	-75,4	-1,7	-45,0
Despesa de capital	2.380,0	1.531,8	1.161,9	64,1	48,8	-24,1	-2,1	-0,4
Investimento	1.705,2	1.166,5	794,6	66,5	46,6	-31,9	-2,1	-2,8
Transferências de capital	661,8	360,0	354,7	58,4	53,6	-1,5	0,0	7,4
Administração Central - Estado	94,4	42,2	12,3	58,1	13,0	-70,9	-0,2	29,9
Outros subsectores das AP	26,0	9,2	7,9	46,2	30,5	-13,8	0,0	30,8
União Europeia	0,0	0,0	18,4	100,0	52.464,0	55.856,2	0,1	6,7
Outras transferências	541,4	308,5	316,1	58,9	58,4	2,5	0,0	3,4
Outras despesas de capital	13,0	5,2	12,6	27,7	97,0	141,3	0,0	-31,2
Despesa efetiva	28.245,3	17.413,5	16.247,0	63,7	57,5	-6,7		3,3
Saldo global	-591,5	614,4	556,0					
Despesas de anos anteriores		1.255,5	647,8					
Despesa primária	27.234,8	16.957,5	15.847,0	64,5	58,2	-6,5		3,6
Saldo corrente	-110,9	927,8	867,5					
Saldo de capital	-480,6	-313,4	-311,5					
Saldo primário	418,9	1.070,3	956,0					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos dos quais Receitas de:	1.862,7	997,4	402,6	31,9	21,6	-59,6		
Alienação de partes de Capital	40,0	0,0	40,0	-	100,0	-		
Outros Ativos	1.707,7	2.049,8	348,5	79,1	20,4	-83,0		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	1.333,5	-174,9	464,7	-12,6	34,8	-365,6		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	0,0	962,0	618,1	91,1	-	-35,7		

Notas:

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Organismos com execução orçamental em falta:

2012

PARUPS, S.A., PARVALOREM, S.A., Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinagético e de Educação Ambiental, CIRPL e Empresa de Meios Aéreos, SA

2013

Universidade de Lisboa - Reitoria e SAS- Universidade de Lisboa

8 - Execução Orçamental das Entidades Públicas Reclassificadas

Período: janeiro a agosto

€ Milhões

	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)	
Receita corrente	2.552,7	1.538,9	1.526,2	58,5	59,8	-0,8	-0,6	-2,9
Receita Fiscal	655,8	450,4	435,5	66,8	66,4	-3,3	-0,7	-2,8
Impostos diretos	0,2	0,0	0,0	-	-	-	-	-
Impostos indiretos	655,6	450,4	435,5	66,8	66,4	-3,3	-0,7	-2,8
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-
Taxas, Multas e Outras Penalidades	345,5	174,1	233,2	62,7	67,5	33,9	2,9	24,4
Transferências Correntes	678,7	532,3	387,6	58,6	57,1	-27,2	-7,2	-25,2
Administração Central - Estado	455,5	298,7	305,8	63,8	67,1	2,4	0,4	-2,6
Outros subsectores das AP	45,4	26,8	25,8	70,6	56,9	-3,5	0,0	19,8
União Europeia	168,9	203,6	52,7	52,4	31,2	-74,1	-7,5	-56,5
Outras transferências	8,9	3,2	3,4	23,5	37,5	5,0	0,0	-34,3
Outras Receitas Correntes	872,7	382,0	469,9	49,7	53,9	23,0	4,4	13,6
Receita de capital	625,5	470,8	59,1	59,0	9,4	-87,5	-20,5	-21,7
Venda de bens de investimento	38,8	3,7	14,3	76,4	36,9	282,2	0,5	691,2
Transferências de capital	586,4	466,2	43,4	58,8	7,4	-90,7	-21,0	-26,0
Administração Central - Estado	39,0	358,9	16,0	97,2	40,9	-95,6	-17,1	-89,4
Outros subsectores das AP	50,8	0,1	6,8	1,2	13,4	11.247,7	0,3	923,7
União Europeia	496,0	106,2	20,5	25,5	4,1	-80,7	-4,3	19,0
Outras transferências	0,6	1,0	0,1	70,9	23,4	-86,3	0,0	-58,6
Outras Receitas de Capital	0,3	0,9	1,3	75,1	519,7	47,5	0,0	-78,7
Receita efetiva	3.178,1	2.009,7	1.585,3	58,6	49,9	-21,1		-7,3
Despesa corrente	2.738,3	1.510,1	1.436,2	53,4	52,4	-4,9	-2,9	-3,1
Despesas com o pessoal	726,0	450,7	480,7	66,0	66,2	6,6	1,2	6,3
Remunerações Certas e Permanentes	572,4	343,7	380,7	66,6	66,5	10,8	1,5	10,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	28,9	16,8	17,9	58,2	61,8	6,2	0,0	0,0
Segurança social	124,7	90,2	82,1	65,5	65,8	-9,0	-0,3	-9,4
Aquisição de bens e serviços	882,2	413,7	464,4	51,0	52,6	12,3	2,0	8,7
Juros e outros encargos	946,6	428,4	393,3	42,6	41,5	-8,2	-1,4	-5,9
Transferências correntes	71,7	15,7	16,6	46,2	23,1	5,5	0,0	110,7
Administração Central - Estado	4,4	0,1	0,1	4,6	2,2	-28,5	0,0	47,9
Outros subsectores das AP	0,2	1,2	0,1	68,4	41,4	-93,0	0,0	-88,5
União Europeia	36,6	0,8	0,9	19,2	2,5	10,5	0,0	754,4
Outras transferências	30,4	13,5	15,5	54,2	50,9	14,5	0,1	21,9
Subsídios	32,4	17,4	20,8	62,3	64,0	19,2	0,1	16,2
Outras despesas correntes	79,4	184,2	60,5	69,9	76,2	-67,1	-4,9	-69,9
Despesa de capital	1.320,9	1.016,0	705,6	70,7	53,4	-30,5	-12,3	-8,1
Investimento	1.320,9	1.015,6	687,4	70,7	52,0	-32,3	-13,0	-8,1
Transferências de capital	0,0	0,4	18,2	15.751,3	-	4.046,7	0,7	-97,3
Administração Central - Estado	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-100,0
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-
União Europeia	0,0	0,0	18,2	-	-	-	-	-
Outras transferências	0,0	0,4	0,0	30.241,7	74,0	-100,0	0,0	-94,8
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-
Despesa efetiva	4.059,2	2.526,1	2.141,8	59,3	52,8	-15,2		-4,8
Saldo global	-881,1	-516,4	-556,5					
Despesas de anos anteriores		984,6	536,7					
Despesa primária	3.112,6	2.097,7	1.748,5	64,4	56,2	-16,6	-13,8	-4,4
Saldo corrente	-185,6	28,8	90,1					
Saldo de capital	-695,4	-545,2	-646,6					
Saldo primário	65,5	-88,0	-163,2					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos <i>dos quais Receitas de:</i>	-42,5	-15,7	-39,5					
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-
Outros Ativos	48,0	18,2	42,1	10,4	87,7	131,3		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	1.262,6	578,7	480,6	42,1	38,1	-16,9		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior		78,0	-36,3	29,5	-	-146,5		

Notas:

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Organismos com execução orçamental em falta:

2012

PARUPS, S.A., PARVALOREM, S.A., Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental, CIRPL e Empresa de Meios Aéreos, SA

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

9 - Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Período: janeiro a agosto

€ Milhões

	Objetivo 2013	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	Orçamento Retificativo							
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)	
Receita corrente	9.184,4	5.352,5	5.984,1	66,9	65,2	11,8	11,6	14,8
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	4.889,7	2.212,0	2.878,5	66,1	58,9	30,1	12,2	46,1
Quotas e contribuições para a CGA	4.361,1	1.884,4	2.514,9	66,2	57,7	33,5	11,6	53,2
Compensação por pagamento de pensões	528,6	327,6	363,6	65,4	68,8	11,0	0,7	5,6
Subsectores das Administrações Públicas	505,3	313,5	346,7	65,4	68,6	10,6	0,6	5,5
Outras entidades	23,3	14,1	16,9	65,0	72,7	19,7	0,1	7,1
Transferências Correntes	4.124,2	3.051,3	3.023,7	68,1	73,3	-0,9	-0,5	-7,9
Orçamento do Estado	4.114,1	3.043,1	3.018,5	68,1	73,4	-0,8	-0,5	-7,9
Comparticipação do Orçamento do Estado	3.853,2	2.879,9	2.831,0	68,3	73,5	-1,7	-0,9	-8,6
Compensação por pagamento de pensões	261,0	163,2	187,5	64,3	71,9	14,9	0,4	2,8
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	167,6	109,0	130,1	66,0	77,6	19,3	0,4	1,5
Subvenções vitalícias	6,4	4,2	4,1	68,3	63,3	-4,0	0,0	3,5
Pensões de preço de sangue	30,2	19,5	20,6	65,2	68,3	6,0	0,0	1,3
Outras	56,7	30,5	32,7	57,7	57,7	7,4	0,0	7,4
Adicional ao IVA	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Outras transferências correntes	10,1	8,2	5,2	85,4	51,5	-36,8	-0,1	4,8
Outras receitas correntes	170,5	89,2	81,9	51,7	48,0	-8,1	-0,1	-1,2
Receita de capital	48,5	96,8	48,1	16,9	99,2	-50,3	-0,9	-91,5
Transferências de Capital	48,5	96,8	48,1	16,9	99,2	-50,3	-0,9	-91,5
Outras entidades	48,5	96,8	48,1	16,9	99,2	-50,3	-0,9	-91,5
Receita efectiva	9.232,9	5.449,2	6.032,2	63,6	65,3	10,7		7,7
Despesa Corrente	9.344,8	5.282,0	5.888,8	65,9	63,0	11,5	11,5	16,5
Despesas com o pessoal	8,3	4,5	4,7	66,5	56,1	2,9	0,0	21,8
Remunerações Certas e Permanentes	0,8	0,0	0,0	63,0	3,6	-6,1	0,0	1.546,7
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Segurança social	7,5	4,5	4,6	66,5	61,7	2,9	0,0	10,9
Aquisição de bens e serviços	26,5	14,3	15,4	68,0	58,2	7,7	0,0	25,8
Juros e outros encargos	4,3	0,3	0,1	4,7	3,0	-58,7	0,0	-34,0
Transferências	9.302,5	5.262,1	5.868,1	65,9	63,1	11,5	11,5	16,5
Pensões e abonos da responsabilidade de:								
Caixa Geral de Aposentações	8.500,9	4.734,7	5.319,4	65,8	62,6	12,4	11,1	18,1
Orçamento do Estado	254,5	157,8	185,1	63,3	72,7	17,3	0,5	2,1
Outras entidades	528,6	369,4	353,1	69,2	66,8	-4,4	-0,3	-1,0
Outras transferências correntes	18,5	0,3	10,4	67,8	56,3	2.892,4	0,2	3.503,9
Outras despesas correntes	3,3	0,8	0,5	80,6	15,0	-38,2	0,0	232,1
Despesa de Capital	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Despesa efectiva	9.344,8	5.282,0	5.888,8	65,9	63,0	11,5		16,5
Saldo global	-111,9	167,2	143,4					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-89,7	71,3	1,5	14,2	-1,7	-97,9		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0	-	-	-		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-22,3	95,9	141,9					

Notas:

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

10 - Execução Orçamental da Segurança Social

Período: janeiro a agosto

€ Milhões

	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo		Execução acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)		
Receita corrente	25.375,8	15.907,6	17.157,7	65,8	67,6	7,9	7,9	4,9	
Contribuições e quotizações	13.108,1	8.707,0	8.726,4	66,6	66,6	0,2	0,1	0,2	
IVA Social e do Plano de Emergência Social	976,0	481,2	651,7	54,0	66,8	35,4	1,1	9,4	
Transferências correntes da Administração Central	8.677,2	4.918,2	5.952,5	61,1	68,6	21,0	6,5	7,9	
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	7.868,6	4.462,5	5.502,1	60,8	69,9	23,3	6,5	7,2	
Transferências do Fundo Social Europeu	1.567,5	1.124,7	1.207,6	95,6	77,0	7,4	0,5	33,3	
Outras receitas correntes	1.046,9	676,5	619,5	68,4	59,2	-8,4	-0,4	5,8	
Receita de capital	24,4	3,5	3,7	44,7	15,3	7,5	0,0	213,5	
Venda de Bens de Investimento	20,0	1,6	1,0	59,9	5,1	-35,8	0,0	659,4	
Transferências do Orçamento do Estado	4,4	1,9	2,4	36,8	55,8	29,5	0,0	-14,7	
Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,3	109,9	1.410,1	1.757,2	0,0	44,8	
Receita Efetiva	25.400,2	15.911,1	17.161,4	65,8	67,6	7,9		5,0	
Despesa Corrente	25.350,4	15.624,7	16.663,8	65,8	65,7	6,6	6,6	6,8	
Prestações Sociais	22.317,7	13.803,1	14.734,1	65,4	66,0	6,7	6,0	5,8	
Pensões	15.314,6	9.318,6	10.257,9	64,6	67,0	10,1	6,0	6,1	
Sobrevivência	2.069,2	1.288,7	1.425,3	64,4	68,9	10,6	0,9	3,3	
Invalidez	1.389,0	897,1	943,3	65,3	67,9	5,2	0,3	1,1	
Velhice	11.820,6	7.131,2	7.885,3	64,7	66,7	10,6	4,8	7,3	
Beneficiários dos antigos combatentes	35,8	1,7	4,0	5,0	11,2	136,4	0,0	6,4	
Subsídio familiar a crianças e jovens	660,3	447,4	441,9	67,4	66,9	-1,2	0,0	-0,5	
Subsídio por doença	410,6	290,7	264,6	70,2	64,4	-9,0	-0,2	-0,9	
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.961,4	1.692,4	1.858,1	65,3	62,7	9,8	1,1	14,2	
Complemento Solidário para Idosos	252,8	181,9	178,3	66,8	70,5	-1,9	0,0	-7,1	
Outras prestações	716,1	578,3	481,1	71,9	67,2	-16,8	-0,6	-11,0	
Ação social	1.688,6	1.017,8	1.038,0	66,3	61,5	2,0	0,1	10,0	
Rendimento Social de Inserção	313,4	276,1	214,1	71,2	68,3	-22,4	-0,4	-19,2	
Pensão velhice do regime substitutivo dos bancários	502,3	332,9	326,7	64,5	65,1	-1,8	0,0	-2,7	
Administração	305,3	184,0	186,2	64,7	61,0	1,2	0,0	7,4	
Outras despesas correntes	559,8	412,4	411,8	69,7	73,6	-0,2	0,0	-5,4	
<i>dos quais:</i>									
Transferências e subsídios correntes	559,8	412,4	411,8	69,7	73,6	-0,2	0,0	-5,4	
Ações de Formação Profissional	1.665,4	892,4	1.004,9	72,0	60,3	12,6	0,7	34,3	
<i>dos quais:</i>									
Com suporte no Fundo Social Europeu	1.471,2	777,1	889,1	71,7	60,4	14,4	0,7	35,8	
Despesa de Capital	46,7	17,6	6,2	57,0	13,3	-64,6	-0,1	51,2	
PIDDAC	4,4	0,7	1,1	26,3	24,1	42,0	0,0	54,9	
Outras	42,3	16,9	5,2	60,1	12,2	-69,3	-0,1	50,8	
Despesa efetiva	25.397,1	15.642,3	16.670,0	65,8	65,6	6,6		6,9	
Saldo global	3,1	268,8	491,4						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	767,8	210,5	190,4						
Alienação de partes de Capital	0,0								
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0						
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-764,7	58,3	301,0						

Notas:

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

11 - Execução Orçamental da Segurança Social por Classificação Económica

Período: janeiro a agosto

€ Milhões

	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo		Execução acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)		
Receita corrente	25.375,2	15.907,1	17.157,6	65,8	67,6	7,9	7,9	4,9	
Receitas fiscais	0,0	481,2	0,0	54,0	-	-100,0	-3,0	-100,0	
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-	
Impostos indiretos	0,0	481,2	0,0	54,0	-	-100,0	-3,0	-100,0	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	13.108,1	8.707,0	8.726,4	66,6	66,6	0,2	0,1	0,2	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	101,1	67,6	68,0	66,9	67,3	0,6	0,0	0,0	
Transferências Correntes	11.432,9	6.152,5	7.933,0	65,5	69,4	28,9	11,2	21,7	
Administração Central	9.663,6	4.920,8	6.604,5	61,2	68,3	34,2	10,6	20,1	
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-	
União Europeia	1.567,6	1.124,7	1.207,6	95,6	77,0	7,4	0,5	33,3	
Outras transferências	201,7	107,1	121,0	62,4	60,0	12,9	0,1	17,4	
Outras receitas correntes	733,2	498,8	430,1	69,8	58,7	-13,8	-0,4	2,5	
Receita de capital	25,0	4,0	3,8	42,9	15,2	-4,7	-0,0	168,7	
Venda de bens de investimento	20,0	1,6	1,0	59,6	5,1	-35,8	-0,0	655,5	
Transferências de capital	4,4	1,9	2,8	37,1	63,2	46,0	0,0	-14,3	
Administração Central	4,4	1,9	2,8	36,9	63,4	47,2	0,0	-14,4	
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-	
União Europeia	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	-100,0	-0,0	28,9	
Outras transferências	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-	
Outras Receitas de Capital	0,6	0,5	0,0	33,5	0,6	-99,3	-0,0	-62,6	
Receita efetiva	25.400,2	15.911,1	17.161,4	65,8	67,6	7,9		5,0	
Despesa corrente	25.322,1	15.602,5	16.657,3	65,8	65,8	6,8	6,7	6,8	
Despesas com o pessoal	261,6	167,9	175,5	66,8	67,1	4,5	0,0	4,1	
Aquisição de bens e serviços	88,0	48,6	41,0	61,1	46,5	-15,7	-0,0	10,8	
Juros e outros encargos	7,1	1,8	1,7	79,0	23,2	-5,6	-0,0	221,1	
Transferências correntes	23.262,1	14.902,7	15.418,0	67,4	66,3	3,5	3,3	5,2	
Administração Central	585,8	783,4	426,6	128,8	72,8	-45,5	-2,3	-3,7	
Outros subsectores das AP	25,6	73,4	14,0	293,1	54,5	-81,0	-0,4	2,3	
União Europeia	4,4	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-20,4	
Outras transferências	22.646,2	14.045,8	14.977,4	65,4	66,1	6,6	6,0	5,4	
Subsídios	1.522,9	473,4	941,9	37,9	61,9	99,0	3,0	21,8	
Outras despesas correntes	180,4	8,2	79,3	70,7	43,9	863,4	0,5	1.448,9	
Despesa de capital	75,0	39,8	12,7	84,0	16,9	-68,2	-0,2	58,1	
Investimento	41,3	14,4	3,4	53,0	8,3	-76,3	-0,1	51,4	
Transferências de capital	33,7	25,4	9,2	125,8	27,4	-63,6	-0,1	67,1	
Administração Central	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-	
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-	
União Europeia	0,3	0,2	0,0	22,2	0,0	-100,0	-0,0	-58,8	
Outras transferências	33,4	25,2	9,2	129,6	27,7	-63,4	-0,1	71,8	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-	
Despesa efetiva	25.397,1	15.642,3	16.670,0	65,8	65,6	6,6		6,9	
Saldo global	3,1	268,8	491,4						
Despesas de anos anteriores									
Despesa primária	25.390,0	15.640,6	16.668,3	65,8	65,6	6,6		6,9	
Saldo primário	10,2	270,5	493,1						
Saldo corrente	53,1	304,6	500,3						
Saldo de capital	-50,0	-35,8	-8,9						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	767,8	210,5	190,4	13,0	24,8	-9,6			
<i>dos quais Receitas de:</i>									
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	-	-	-			
Outros Ativos	27.251,3	6.637,6	12.900,3	60,6	47,3	94,4			
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0	-	-	-			
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-764,7	58,3	301,0						

Notas:

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

12 - Administração Regional

Período: janeiro a agosto

€ Milhões

	R. Autónoma dos Açores		VH (%)	R. Autónoma da Madeira		VH (%)	Administração Regional						
	Execução Acumulada			Execução Acumulada			Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE 2013 (%)
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo (pp)	VH		
Receita corrente	448,8	606,2	35,1	574,4	682,5	18,8	1.023,3	1.288,7	64,2	90,5	25,9	21,1	-10,6
Receita Fiscal	271,0	348,6	28,6	372,9	474,2	27,2	643,9	822,8	59,6	66,2	27,8	14,2	15,1
Impostos diretos	96,6	138,0	42,9	131,3	218,2	66,2	227,8	356,2	54,5	67,3	56,4	10,2	26,6
<i>dos quais:</i>													
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	79,8	107,5	34,7	88,1	117,4	33,3	167,9	224,9	52,2	55,5	33,9	4,5	26,1
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	16,8	30,6	82,1	43,1	96,0	122,7	59,9	126,6	64,9	102,5	111,4	5,3	33,9
Impostos indiretos	174,4	210,6	20,8	241,6	256,0	6,0	416,1	466,6	62,9	65,3	12,1	4,0	7,9
<i>dos quais:</i>													
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	109,0	142,5	30,7	166,8	180,3	8,1	275,9	322,8	65,4	69,1	17,0	3,7	10,7
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	2,5	3,0	20,0	3,5	1,7	-51,4	5,9	4,7	65,2	49,6	-20,3	-0,1	3,9
Taxas, Multas e Outras Penalidades	12,3	12,1	-1,6	18,2	16,5	-9,3	30,4	28,7	65,0	56,5	-5,6	-0,1	8,3
Rendimentos da Propriedade	1,5	3,5	133,3	7,1	7,0	-1,4	8,6	10,5	58,4	77,8	22,1	0,2	-8,3
Transferências Correntes	149,4	226,5	51,6	148,2	163,5	10,3	297,6	390,0	77,0	102,0	31,0	7,3	-1,1
Administração Central - Estado	139,0	212,2	52,7	129,0	144,3	11,9	268,0	356,5	79,7	104,5	33,0	7,0	1,4
Outros subsectores das AP	6,0	5,7	-5,0	8,0	6,6	-17,5	14,0	12,3	61,4	87,4	-12,1	-0,1	-38,3
Resto do mundo	3,8	7,8	105,3	11,1	11,9	7,2	14,9	19,8	58,4	74,8	32,9	0,4	3,2
Outras transferências	0,7	0,7	0,0	0,1	0,7	600,0	0,7	1,5	43,2	274,9	114,3	0,1	-68,6
Venda de bens e serviços correntes	10,8	9,1	-15,7	9,6	12,0	25,0	20,4	21,0	61,2	38,6	2,9	0,0	63,4
Reposições não abatidas nos pagamentos	0,8	1,4	75,0	0,5	4,4	780,0	1,3	5,9	52,3	91,0	353,8	0,4	169,8
Outras receitas correntes	0,6	2,0	233,3	14,6	3,2	-78,1	15,2	5,2	68,0	92,7	-65,8	-0,8	-74,7
Receita de capital	170,4	126,9	-25,5	64,7	80,0	23,6	235,1	206,9	56,2	33,8	-12,0	-2,2	46,2
Venda de Bens de Investimento	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	79,0	4,7	-50,0	0,0	809,5
Transferências de Capital	170,0	126,5	-25,6	64,6	80,0	23,8	234,6	206,5	56,2	40,0	-12,0	-2,2	23,7
Administração Central - Estado	105,8	26,9	-74,6	33,3	33,3	0,0	139,1	60,3	58,7	26,3	-56,6	-6,3	-3,2
Outros subsectores das AP	3,5	2,3	-34,3	1,5	0,8	-46,7	4,9	3,2	44,6	20,6	-34,7	-0,1	38,1
Resto do mundo	60,6	97,2	60,4	29,7	45,8	54,2	90,3	143,0	54,0	56,0	58,4	4,2	52,9
Outras transferências	0,2	0,0	-100,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	12,9	0,2	-100,0	0,0	700,4
Outras receitas de capital	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	36,7	0,4	0,0	0,0	9.067,9
Receita Efetiva	619,2	733,1	18,4	639,2	762,5	19,3	1.258,4	1.495,6	62,5	63,3	18,8		17,4
Despesa Corrente	500,6	603,3	20,5	687,8	674,0	-2,0	1.188,4	1.277,3	65,9	57,8	7,5	6,6	22,4
Despesas com o pessoal	213,1	256,2	20,2	224,4	244,6	9,0	437,5	500,7	66,0	66,5	14,4	4,7	13,7
Remunerações Certas e Permanentes	170,9	198,8	16,3	189,6	201,5	6,3	360,4	400,2	66,4	66,4	11,0	3,0	11,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	9,7	9,2	-5,2	2,9	2,4	-17,2	12,6	11,7	62,6	59,4	-7,1	-0,1	-2,2
Segurança social	32,5	48,2	48,3	31,9	40,7	27,6	64,4	88,8	64,7	68,0	37,9	1,8	31,2
Aquisição de bens e serviços	71,3	69,8	-2,1	185,0	174,7	-5,6	256,3	244,5	61,2	62,1	-4,6	-0,9	-5,9
Juros e outros encargos	19,0	14,4	-24,2	47,8	54,8	14,6	66,7	69,2	72,5	17,3	3,7	0,2	334,2
Transferências	168,0	229,0	36,3	202,5	184,2	-9,0	370,5	413,2	69,7	75,3	11,5	3,2	3,2
Subsectores das AP	0,7	1,0	42,9	0,2	0,6	200,0	0,9	1,6	44,6	0,3	77,8	0,1	27.224,1
Outras transferências	167,3	228,0	36,3	202,3	183,6	-9,2	369,6	411,7	69,7	-	11,4	3,1	-100,0
Subsídios	21,4	23,6	10,3	12,7	14,5	14,2	34,0	38,1	53,5	48,6	12,1	0,3	23,1
Outras despesas correntes	7,9	10,3	30,4	15,4	1,2	-92,2	23,4	11,5	65,3	32,8	-50,9	-0,9	-1,9
Despesa de Capital	90,5	128,6	42,1	61,4	564,7	819,7	151,8	693,2	32,0	50,6	356,7	40,4	189,1
Aquisição de bens de capital	27,6	49,4	79,0	34,0	531,0	1.461,8	61,6	580,3	19,0	51,3	842,0	38,7	248,9
Transferências	62,7	79,0	26,0	27,3	33,7	23,4	90,0	112,7	60,2	48,7	25,2	1,7	54,9
Subsectores das AP	7,0	7,2	2,9	4,5	9,0	100,0	11,5	16,2	74,0	55,6	40,9	0,4	87,4
Outras transferências	55,6	71,7	29,0	22,9	24,7	7,9	78,5	96,4	58,6	47,7	22,8	1,3	51,1
Outras despesas de capital	0,3	0,2	-33,3	0,0	0,0	0,0	0,3	0,2	66,7	2,9	-33,3	0,0	1.906,8
Despesa efetiva	591,1	731,9	23,8	749,1	1.238,7	65,4	1.340,2	1.970,5	58,8	55,0	47,0		57,1
Saldo global	28,1	1,2		-109,98	-476,2		-81,9	-474,9					
Despesa primária	572,1	717,5	25,4	701,4	1.183,9	68,8	1.273,5	1.901,3	58,2	59,8	49,3		45,4
Saldo primário	47,1	15,6		-62,2	-421,3		-15,1	-405,7					
Saldo corrente	-51,8	2,9		-113,3	8,5		-165,1	11,4					
Saldo de capital	79,9	-1,7		3,4	-484,6		83,3	-486,3					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	0,4	-5,1		204,4	8,8		204,8	3,7					
<i>dos quais Receitas de:</i>													
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0					
Outros Ativos	-0,1	-5,2		-0,5	-5,3		-0,6	-10,4					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	-10,9		425,6	530,1		425,6	519,2					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	27,8	-4,5		111,2	45,2		139,0	40,7					

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

13 - Administração Local

Período: janeiro a agosto

€ Milhões

	2012	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada			VH implícita ao OE 2013 (%)
		2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo (pp)	VH	
Receita corrente	5.573,2	3.515,8	3.920,4	63,1	64,6	11,5	9,0	8,9	
Receita Fiscal	2.224,0	1.349,3	1.513,8	60,7	63,5	12,2	3,7	7,2	
Impostos diretos	2.088,9	1.253,6	1.422,1	60,0	63,0	13,4	3,8	8,0	
Imposto Municipal sobre Transmissões	386,0	277,3	257,2	71,8	70,4	-7,3	-0,4	-5,4	
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.229,6	720,4	868,3	58,6	58,7	20,5	3,3	20,2	
Imposto Municipal sobre Veículos	208,0	142,6	183,1	68,6	102,8	28,4	0,9	-14,4	
Derrama	261,2	111,3	111,1	42,6	47,7	-0,2	0,0	-10,8	
Outros	4,1	2,0	2,5	49,4	94,4	23,3	0,0	-35,6	
Impostos indiretos	135,1	95,6	91,7	70,8	71,8	-4,1	-0,1	-5,5	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	201,7	127,5	113,3	63,2	57,5	-11,2	-0,3	-2,4	
Rendimentos da Propriedade	266,3	152,9	162,7	57,4	65,5	6,4	0,2	-6,7	
Transferências Correntes	2.071,9	1.381,1	1.603,2	66,7	64,9	16,1	5,0	19,2	
Lei das Finanças Locais	1.596,3	1.058,8	1.282,4	66,3	66,6	21,1	5,0	20,6	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.064,4	706,2	912,7	66,3	65,5	29,2	4,6	30,8	
Fundo Social Municipal	140,6	94,9	95,1	67,5	67,6	0,2	0,0	0,0	
Participação IRS	391,3	257,8	274,6	65,9	70,1	6,5	0,4	0,1	
Outros subsectores das AP	420,3	284,7	279,3	67,7	56,6	-1,9	-0,1	17,4	
Resto do mundo	26,0	16,2	15,2	62,5	59,6	-6,3	0,0	-1,8	
Outras transferências	29,2	21,3	26,4	73,1	99,2	23,8	0,1	-8,7	
Venda de bens e serviços correntes	738,5	459,4	479,1	62,2	69,9	4,3	0,4	-7,2	
Reposições não abatidas nos pagamentos	8,9	6,0	10,7	67,2	140,3	78,5	0,1	-14,5	
Outras receitas correntes	62,0	39,7	37,7	64,1	48,4	-5,1	0,0	25,6	
Receita de capital	1.871,6	958,3	680,3	51,2	65,3	-29,0	-6,2	-44,3	
Venda de Bens de Investimento	68,8	38,4	24,7	55,9	30,7	-35,8	-0,3	16,8	
Transferências de Capital	1.512,4	908,4	645,8	60,1	68,7	-28,9	-5,9	-37,9	
Lei das Finanças Locais	690,8	458,8	243,7	66,4	67,8	-46,9	-4,8	-48,0	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	690,8	458,8	243,7	66,4	67,8	-46,9	-4,8	-48,0	
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	
Outros subsectores das AP	69,0	47,3	44,3	68,5	30,2	-6,3	-0,1	112,6	
Resto do mundo	728,2	388,9	349,4	53,4	84,4	-10,2	-0,9	-43,2	
Outras transferências	24,4	13,4	8,4	55,1	43,1	-37,6	-0,1	-20,3	
Outras receitas de capital	290,4	11,4	9,9	3,9	44,5	-13,9	0,0	-92,4	
Receita Efetiva	7.444,9	4.474,1	4.600,7	60,1	64,7	2,8	2,8	-4,5	
Despesa Corrente	4.801,5	3.034,4	3.409,2	63,2	68,1	12,4	9,0	4,2	
Despesas com o pessoal	2.089,4	1.381,3	1.545,0	66,1	73,0	11,9	3,9	1,3	
Remunerações Certas e Permanentes	1.618,4	1.076,1	1.174,3	66,5	73,2	9,1	2,4	-0,9	
Abonos Variáveis ou Eventuais	86,4	57,6	54,9	66,6	69,4	-4,7	-0,1	-8,5	
Segurança social	384,6	247,6	315,8	64,4	72,8	27,5	1,6	12,7	
Aquisição de bens e serviços	1.853,0	1.135,9	1.316,7	61,3	67,1	15,9	4,3	5,9	
Juros e outros encargos	148,5	89,7	74,5	60,4	37,2	-16,9	-0,4	35,0	
Transferências	467,6	277,5	332,0	59,3	73,3	19,7	1,3	-3,2	
Subsectores das AP	201,1	123,8	148,6	61,5	96,6	20,0	0,6	-23,6	
Outras transferências	266,5	153,7	183,4	57,7	61,3	19,3	0,7	12,3	
Subsídios	149,2	90,7	74,1	60,8	42,7	-18,2	-0,4	16,3	
Outras despesas correntes	93,8	59,3	66,9	63,3	68,5	12,8	0,2	4,2	
Despesa de Capital	1.894,6	1.137,8	1.194,0	60,1	51,0	4,9	1,3	23,6	
Aquisição de bens de capital	1.555,6	950,0	1.001,8	61,1	47,5	5,5	1,2	35,6	
Transferências	283,9	165,2	174,9	58,2	88,0	5,9	0,2	-30,0	
Subsectores das AP	125,0	74,4	92,2	59,5	90,2	23,9	0,4	-18,2	
Outras transferências	158,9	90,8	82,6	57,1	85,8	-8,9	-0,2	-39,3	
Outras despesas de capital	55,1	22,6	17,3	41,0	52,3	-23,4	-0,1	-39,9	
Despesa efetiva	6.696,2	4.172,1	4.603,3	62,3	62,7	10,3	10,3	9,7	
Saldo global	748,7	302,0	-2,5						
Despesa primária	6.547,7	4.082,5	4.528,7	62,3	63,4	10,9	10,7	9,1	
Saldo primário	897,2	391,6	72,0						
Saldo corrente	771,7	481,5	511,2						
Saldo de capital	-23,0	-179,5	-513,7						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	2,0	5,3	0,0						
<i>das quais Receitas de:</i>									
Alienação de partes de Capital	-0,1	-0,1	-10,3						
Outros Ativos	-18,5	-11,8	-2,6						
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-670,3	-170,5	0,0						
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	76,5	126,1	-2,5						
Taxa de comparticip. financiam. comunitário	1,6%	1,4%	0,8%						

Notas:

Universo completo: 308 Municípios

2012

Os dados de 2012 correspondem à Conta de Gerência.

junho: 308 Mun

2013

jul: 279 Mun; Em falta:

- Águeda - Alenquer - Alijó - Amadora - Angra do Heroísmo - Armamar - Castelo Branco - Gavião - Horta - Mação - Macedo de Cavaleiros - Melgaço - Mira - Mirandela - Montemor-o-Novo - Paços de Ferreira - Pampilhosa da Serra - Penafiel - Redondo - Santa Maria da Feira - Sardoal - Sátão - Serpa - Valença - Vila de Rei - Vila Nova da Barquinha - Vila Nova de Paiva - Vila Real de Santo António - Vila Verde

14 - Despesa com Ativos Financeiros

Período: janeiro a agosto

€ Milhões

	Execução dezembro	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo	Execução Mensal			Execução Acumulada	Grau de Execução (%)
	2012	2013	jun-13	jul-13	ago-13	2013	
Empréstimos a curto prazo	14,8	18,0	0,0	4,0	0,0	12,0	66,7
Empréstimos a médio e longo prazo	4.734,6	9.910,2	139,4	532,9	74,7	2.345,0	23,7
Fundo de Resolução	0,0	1.500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Entidades públicas	18,2	9,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Entidades públicas reclassificadas	3.781,4	6.918,5	82,8	466,4	22,7	1.755,4	25,4
Administração pública regional da Madeira	770,1	500,0	8,8	5,1	0,0	211,1	42,2
Administração local do continente	104,1	601,6	47,2	37,8	43,2	273,1	45,4
Empréstimo quadro - BEI	24,2	300,1	0,0	23,0	8,0	71,1	23,7
Administração local das regiões autónomas	9,8	57,8	0,0	0,0	0,0	24,1	41,6
Famílias	0,0	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Países terceiros	27,0	17,6	0,6	0,6	0,8	10,4	59,0
Dotações de capital	1.589,7	1.613,3	0,8	0,0	0,0	402,3	24,9
Mecanismo Europeu de Estabilidade	802,9	802,9	0,0	0,0	0,0	401,5	50,0
Holding Fundo Jessica e Fundo Salvaguarda do Património Cultural	21,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Simab, S.A.	11,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Caixa Geral de Depósitos	750,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresarialização dos hospitais	0,0	223,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas públicas reclassificadas	0,0	583,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	4,8	0,0	0,8	0,0	0,0	0,8	0,0
Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira	5.400,0	7.500,0	0,0	0,0	0,0	1.100,0	14,7
Expropriações	1,7	4,0	0,3	0,3	0,9	1,5	36,7
Execução de garantias	64,4	92,2	2,7	0,1	2,0	13,0	14,1
Participações em organizações internacionais	4,9	44,0	0,0	0,0	0,0	40,1	91,1
Total dos ativos financeiros	11.810,3	19.181,7	143,2	537,3	77,5	3.913,9	20,4

Fonte: Direção Geral do Tesouro e Finanças

15 - Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

Período: janeiro a agosto

	Execução dezembro	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (p.p.)	
Receita corrente	10.094,8	8.309,1	6.654,4	5.285,2	65,9	63,6	-20,6	-20,5	-17,7
Receita fiscal	0,0	80,0	60,0	66,0	-	82,5	10,0	0,1	-
Impostos directos	0,0	80,0	60,0	66,0	-	82,5	10,0	0,1	-
Impostos indirectos	-	-	-	-	-	-	-	0,0	-
Contribuições de Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	0,0	-
Outras receitas correntes	10.094,8	8.229,1	6.594,4	5.219,2	65,3	63,4	-20,9	-20,6	-18,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	9.735,5	7.873,6	6.452,2	5.042,6	66,3	64,0	-21,8	-21,1	-19,1
Receita de capital	41,5	16,1	14,1	2,9	34,0	18,0	-79,4	-0,2	-61,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Receita efectiva	10.136,3	8.325,2	6.668,5	5.288,1	65,8	63,5	-20,7		-17,9
Despesa corrente	8.199,1	8.275,1	5.223,7	5.233,1	63,7	63,2	0,2	0,2	0,9
Consumo público	8.183,4	8.275,1	5.197,3	5.217,8	63,5	63,1	0,4	0,4	1,1
Despesas com o pessoal	807,1	922,7	516,8	603,8	64,0	65,4	16,8	1,7	14,3
Remunerações Certas e Permanentes	536,1	-	360,3	418,1	67,2	-	16,0	1,1	-
Encargos sobre remunerações	160,0	-	86,1	81,3	-	-	-	-	-
Outras	111,0	-	70,4	104,4	63,4	-	48,3	0,6	-
Aquisição de bens e serviços	7.317,3	7.235,3	4.679,6	4.609,4	64,0	63,7	-1,5	-1,3	-1,1
Produtos vendidos em farmácias	1.222,6	1.101,4	830,4	800,3	67,9	72,7	-3,6	-0,6	-9,9
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	712,4	683,4	441,9	451,4	62,0	66,1	2,1	0,2	-4,1
Parcerias público-privadas (PPP)	328,2	377,0	221,6	276,3	67,5	73,3	24,7	1,0	14,9
Responsabilidades com as entidades públicas empresariais	4.366,4	4.272,3	2.783,6	2.692,3	63,8	63,0	-3,3	-1,7	-2,2
Outras aquisições de bens e serviços	687,7	801,2	402,1	389,1	58,5	48,6	-3,2	-0,2	16,6
Outras despesas correntes	58,9	117,1	0,9	4,6	1,5	3,9	411,1	0,1	97,8
Juros e outros encargos	6,5	0,0	1,8	0,8	27,9	-	-55,6	0,0	-100,0
Transferências correntes	9,3	0,0	24,6	14,5	265,7	-	-41,1	-0,2	-100,0
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	0,0	0,0	-	-	-	-	-	0,0	-
Despesa de capital	76,0	50,1	36,1	9,2	47,5	18,4	-74,5	-0,5	-34,1
Investimentos	57,9	50,1	30,9	6,5	53,4	13,0	-79,0	-0,5	-13,4
Transferências de capital	18,1	0,0	5,2	2,7	28,7	-	-48,1	0,0	-100,0
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Despesa efectiva	8.275,1	8.325,2	5.259,8	5.242,3	63,6	63,0	-0,3		0,6
Saldo global	1.861,1	0,0	1.408,7	45,8					

Notas:

O saldo apresentado evidencia a perspetiva financeira, que é uma aproximação às contas nacionais: a receita inclui as transferências totais recebidas no ano, mas os custos são os do ano orçamental.

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento rectificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

16 - Dívida não Financeira da Administração Pública

Período: janeiro a agosto

Passivo não financeiro das Administrações Públicas - Stock em fim de período

Natureza da Dívida	2012		2013								variação mensal
	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto		
AC											
Aquisição de Bens e Serviços	177	213	254	274	288	285	292	303	291	-12	
Aquisição Bens de Capital	20	16	25	21	26	21	18	22	23	1	
Transferências para AP	9	14	8	9	10	11	11	40	15	-25	
Transferências para fora das AP	96	109	119	130	130	134	118	141	123	-18	
Outras	26	36	72	64	58	63	61	82	93	12	
Total da Administração Central	328	389	478	498	513	515	500	588	544	-44	
AR											
Aquisição de Bens e Serviços	410	451	435	468	466	426	450	443	410	-33	
Aquisição Bens de Capital	1.058	1.062	1.062	1.064	1.064	1.063	1.064	830	521	-308	
Transferências para AP	22	22	23	23	22	23	23	16	14	-2	
Transferências para fora das AP	453	457	461	468	463	446	438	452	437	-15	
Outras	553	555	559	557	574	577	591	599	591	-8	
Total da Administração Regional	2.496	2.547	2.539	2.580	2.589	2.535	2.565	2.339	1.973	-366	
AL											
Aquisição de Bens e Serviços	1.140	1.159	1.161	1.193	1.192	1.123	1.122	1.085	1.034	-51	
Aquisição Bens de Capital	796	789	757	744	738	690	681	647	629	-19	
Transferências para AP	72	89	88	89	89	80	80	75	66	-9	
Transferências para fora das AP	113	126	131	135	140	133	129	129	114	-15	
Outras	457	495	525	533	542	539	524	505	486	-18	
Total da Administração Local	2.578	2.658	2.663	2.694	2.701	2.565	2.536	2.441	2.329	-112	
Total das Administrações Públicas	5.402	5.594	5.680	5.773	5.802	5.614	5.601	5.369	4.847	-522	

Notas:

Dados revistos para os meses anteriores.

Conceito de passivo não financeiro no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012).

Universo da Administração Central e Regional em Contas Nacionais, excluindo EPR.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias) - Stock em fim de período

Subsector	2012		2013								variação mensal
	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto*		
Administrações Públicas	2.236	2.199	2.133	2.107	2.217	2.077	2.047	1.864	1.694	-169	
Admin. Central excl. Subsector da Saúde	58	54	57	54	61	56	53	55	53	-2	
Subsector da Saúde	23	23	28	26	48	14	20	32	30	-1	
Empresas públicas reclassificadas	29	19	18	18	19	19	18	18	18	0	
Administração Local	1.258	1.234	1.158	1.130	1.084	991	949	902	849	-53	
Administração Regional	946	946	945	952	1.073	1.061	1.066	911	795	-116	
Outras Entidades	747	767	829	822	867	909	972	1.025	1.058	33	
Empresas públicas não reclassificadas	33	40	45	49	50	51	56	74	74	0	
Hospitais EPE	714	727	784	773	817	858	917	951	984	33	
Administrações Públicas e outras entidades - Total	2.983	2.966	2.962	2.929	3.084	2.986	3.020	2.888	2.752	-136	

Notas:

(*) Provisório. No caso das empresas públicas não reclassificadas, e pelo fato da informação não estar disponível, considerou-se o stock do mês anterior.

Conceito de pagamentos em atraso no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012).

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTf, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

17 - Indicadores Físicos e Financeiros do Sistema de Proteção Social da Função Pública

Pensionistas						Subscritores	
	Número				Valor médio pago por pensionista (€)	Número	
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas			
2012							
janeiro	378.477	75.381	138.644	592.502	1.074,8	556.738	
fevereiro	379.557	75.384	138.827	593.768	1.080,9	555.064	
março	380.009	75.439	139.183	594.631	1.083,2	550.279	
abril	380.486	75.467	139.319	595.272	1.078,8	548.983	
maio	381.329	75.435	139.536	596.300	1.078,8	547.338	
junho	382.265	75.476	139.869	597.610	1.080,4	545.729	
julho	383.153	75.502	140.055	598.710	1.269,3	544.153	
agosto	384.236	75.505	140.413	600.154	1.077,3	542.325	
setembro	385.392	75.465	140.308	601.165	1.076,2	537.842	
outubro	386.355	75.419	140.373	602.147	1.085,6	536.095	
novembro	386.944	75.313	140.552	602.809	1.272,2	534.270	
dezembro	387.210	75.236	140.821	603.267	1.084,5	531.814	
2013							
janeiro	388.145	75.252	140.963	604.360	1.077,1	529.560	
fevereiro	388.784	75.256	141.107	605.147	1.260,0	528.161	
março	389.591	75.178	140.973	605.742	1.167,0	527.141	
abril	390.630	75.166	141.087	606.883	1.175,7	525.479	
maio	391.666	75.184	141.293	608.143	1.168,3	524.195	
junho	392.161	75.379	141.509	609.049	1.168,9	522.518	
julho	392.681	75.366	141.588	609.635	1.455,6	520.906	
agosto	392.934	75.334	141.928	610.196	1.170,0	518.485	

VH do número de pensionistas (%)						Subscritores	
	VH do número de pensionistas (%)				VHA Valor médio pago por pensionista (€)	VHA do Número de subscritores (%)	
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas			
2012							
janeiro	3,3	0,1	1,1	2,3	1,9	-4,6	
fevereiro	3,3	0,2	1,2	2,4	1,6	-4,5	
março	3,2	0,2	1,4	2,4	1,7	-5,0	
abril	3,0	0,4	1,4	2,3	0,2	-4,9	
maio	2,9	0,4	1,5	2,2	0,6	-4,9	
junho	2,8	0,6	1,6	2,2	1,1	-4,8	
julho	2,7	0,6	1,6	2,2	-39,1	-4,8	
agosto	2,8	0,6	1,7	2,3	0,6	-4,8	
setembro	2,9	0,6	1,7	2,3	-0,2	-4,9	
outubro	3,0	0,5	1,8	2,4	0,2	-4,9	
novembro	2,8	-0,1	1,6	2,2	-38,8	-4,9	
dezembro	2,5	-0,2	1,6	1,9	-0,2	-4,9	
2013							
janeiro	2,6	-0,2	1,7	2,0	0,2	-4,9	
fevereiro	2,4	-0,2	1,6	1,9	16,6	-4,8	
março	2,5	-0,3	1,3	1,9	7,7	-4,2	
abril	2,7	-0,4	1,3	2,0	9,0	-4,3	
maio	2,7	-0,3	1,3	2,0	8,3	-4,2	
junho	2,6	-0,1	1,2	1,9	8,2	-4,3	
julho	2,5	-0,2	1,1	1,8	14,7	-4,3	
agosto	2,3	-0,2	1,1	1,7	8,6	-4,4	

Pensionistas de Aposentação/Reforma - Novos e Abatidos												
	Número				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	Despesa com pensões (€)				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	Pensão média nova Aposentação/Reforma (€)	Pensão média nova Sobrevivência e Outros (€)
	Novos					Novos						
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total			
2012												
janeiro	1.471	170	513	2.154	912	2.253.347,4	179.900,6	249.524,4	2.682.772,4	916.372,7	1.482,8	486,4
fevereiro	1.939	209	781	2.929	1.065	2.945.192,9	229.212,2	361.995,2	3.536.400,2	1.127.751,5	1.477,8	463,5
março	1.335	244	917	2.496	1.072	1.800.757,8	270.853,7	458.403,6	2.530.015,1	1.000.274,4	1.312,0	499,9
abril	1.515	271	913	2.699	1.281	1.784.019,2	320.223,3	410.277,0	2.514.519,5	1.232.238,2	1.178,2	449,4
maio	1.724	157	787	2.668	1.070	1.822.949,9	168.669,1	376.886,5	2.368.505,5	1.044.103,3	1.058,8	478,9
junho	1.732	222	872	2.826	977	1.733.424,7	266.897,4	419.051,9	2.419.373,9	942.522,9	1.023,7	480,6
julho	1.581	182	617	2.380	849	1.800.225,2	184.002,3	274.219,5	2.258.447,0	858.439,1	1.125,5	444,4
agosto	1.669	158	772	2.599	741	1.727.876,0	185.126,0	352.719,3	2.265.721,3	778.258,2	1.047,1	456,9
setembro	1.866	170	644	2.680	920	2.272.099,3	175.025,2	302.947,6	2.750.072,1	888.055,3	1.201,9	470,4
outubro	1.561	188	580	2.329	832	2.178.361,1	234.236,1	288.827,5	2.701.424,7	809.217,1	1.379,4	498,0
novembro	1.234	61	671	1.966	812	1.909.576,9	72.721,8	305.056,7	2.287.355,4	848.710,8	1.530,7	454,6
dezembro	983	92	718	1.793	886	1.287.264,2	95.656,2	338.357,3	1.721.277,7	931.999,8	1.286,4	471,2
2013												
janeiro	1.613	179	623	2.415	841	2.400.812,1	227.341,9	301.045,0	2.929.199,0	866.112,1	1.466,6	483,2
fevereiro	1.506	218	731	2.455	1.081	1.862.688,9	244.141,0	345.412,0	2.452.241,8	1.114.050,9	1.222,1	472,5
março	1.681	142	660	2.483	1.094	1.953.254,1	165.596,9	320.609,0	2.439.459,9	1.038.005,6	1.162,3	485,8
abril	1.900	177	671	2.748	1.050	2.059.097,8	198.424,5	356.233,7	2.613.756,0	1.024.683,2	1.086,9	530,9
maio	1.861	216	735	2.812	1.023	1.969.417,5	246.357,1	355.275,9	2.571.050,4	1.030.219,4	1.066,8	483,4
junho	1.365	384	741	2.490	1.059	1.662.954,3	419.758,0	355.587,6	2.438.299,9	1.067.108,7	1.190,8	479,9
julho	1.213	164	517	1.894	870	1.340.995,4	188.130,6	252.965,3	1.782.091,2	901.571,9	1.110,5	489,3
agosto	982	127	804	1.913	888	1.183.488,2	160.049,9	403.157,1	1.746.695,1	896.681,3	1.211,5	501,4

VH do número de pensionistas (%)						VHA da Despesa com pensões (€)						
	VH do número de pensionistas (%)				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	VHA da Despesa com pensões (€)				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	VHA Pensão média nova Aposentação/Reforma (€)	VHA Pensão média nova Sobrevivência e Outros (€)
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total			
2013												
janeiro	9,7	5,3	21,4	12,1	-7,8	6,5	26,4	20,6	9,2	-5,5	-1,1	-0,7
fevereiro	-22,3	4,3	-6,4	-16,2	1,5	-36,8	6,5	-4,6	-30,7	-1,2	-17,3	1,9
março	25,9	-41,8	-28,0	-0,5	2,1	8,5	-38,9	-30,1	-3,6	3,8	-11,4	-2,8
abril	25,4	-34,7	-26,5	1,8	-18,0	15,4	-38,0	-13,2	3,9	-16,8	-7,7	18,1
maio	7,9	37,6	-6,6	5,4	-4,4	8,0	46,1	-5,7	8,6	-1,3	0,8	0,9
junho	-21,2	73,0	-15,0	-11,9	8,4	-4,1	57,3	-15,1	0,8	13,2	16,3	-0,1
julho	-23,3	-9,9	-16,2	-20,4	2,5	-25,5	2,2	-7,8	-21,1	5,0	-1,3	10,1
agosto	-41,2	-19,6	4,1	-26,4	19,8	-31,5	-13,5	14,3	-22,9	15,2	15,7	9,7

A

Ativos financeiros (receita) – Receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos (*vide* Classificador Económico das receitas e despesas públicas).

Ativos financeiros (despesa) – Operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis (*vide* Classificador Económico receitas e despesas públicas).

Administrações Públicas – Universo que compreende a Administração Central (serviços integrado e serviços e fundos autónomos), a Administração Regional (órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos) e Local (municípios, freguesias e serviços e fundos autónomos) e a Segurança Social.

B

Bens e serviços correntes – Despesas com bens de consumo (duráveis ou não), a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, e serviços (*vide* Classificador Económico).

C

Cativação (ou congelamento) - Retenção de verbas do orçamento de despesa determinado na Lei do Orçamento do Estado, no decreto-lei de execução orçamental anual ou outro ato legal específico, que se traduz numa redução da dotação utilizável pelos serviços e organismos.

A libertação destes montantes – **descativação** - é sujeita à autorização do Ministro das Finanças, que decide em função da evolução da execução orçamental e das necessidades de financiamento

Contabilidade Pública (ótica da) - Ótica de Caixa, ou de gerência – em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

Consolidação/Consolidado - Agregados de receita e/ou despesa finais, abatidos de fluxos monetário intermédios efetuados entre as entidades do universo em análise. Caso a informação respeite à Ótica da Contabilidade Pública são excluídos apenas os fluxos relativos a transferências.

Contributo VH pp. - Contributo para a variação homóloga, correspondente ao contributo de cada parcela constituinte de um dado agregado para a variação homóloga desse agregado, medido em pontos percentuais.

D

Despesa corrente primária - Despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa efetiva - Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

Estado - Total da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, com exclusão das “transferências de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública”, “ativos financeiros” e “passivos financeiros”;

Restantes subsectores - Soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”.

Despesa primária - Despesa efetiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa com pessoal – Consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração.

Dotação corrigida – Recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar.

E

Estado – (em sentido estrito) Conjunto dos serviços dotados de autonomia administrativa. Nos termos do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). O subsector Estado corresponde ao conjunto dos “serviços integrados”. O orçamento de despesa dos serviços integrados inclui transferências para outros subsectores das administrações públicas, que são processados pelos diversos ministérios.

EPR - Entidade Pública Reclassificada - Entidade que na sua génese jurídica constitui uma entidade do setor público empresarial mas que, por força da lei de enquadramento orçamental e dos critérios definidos no SEC - Sistema Europeu de Contas nacionais -, são objeto de reclassificação para o âmbito das administrações públicas, sendo as suas contas relevantes para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas. A listagem das EPR é divulgada pelo INE no contexto do Sistema de Contas Nacionais/Procedimento dos Défices Excessivos.

Execução orçamental – Conjunto de operações que conduzem à cobrança de receitas previstas e ao pagamento de despesas fixadas no Orçamento do Estado.

Glossário

F

Financiamento Nacional – Conjunto das fontes de financiamento com origem em receitas: gerais; próprias; transferências entre subsetores e dívida (exclui as receitas provenientes de fundos comunitários).

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) - Fundo estrutural criado pela Comissão Europeia e que contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que têm dificuldades estruturais.

Fundo Social Europeu (FSE) – Fundo estrutural que intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego.

G

Grau de execução – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica ou agregado de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão ou dotação corrigida abatido de cativos. Este grau é aferido por referência ao orçamento aprovado ou retificativo

I

Impostos diretos – Receitas resultantes da tributação dos rendimentos de capital e do trabalho, dos ganhos de capital e de outras fontes de rendimentos incluindo as que recaem sobre o património, ex. IRS, IRC, Contribuição autárquica (*vide* Classificador Económico).

Impostos indiretos – Receitas que recaem sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, ex. Imposto sobre valor acrescentado (IVA), Especiais, Imposto Automóvel (IA), Imposto do Selo (*vide* Classificador Económico).

O

Outra despesa corrente – Despesa corrente que assume carácter residual relativamente à despesa corrente, podendo-se desdobrar por subagrupamentos consoante a sua natureza, como por exemplo, “dotação Provisional”, “impostos e taxas” etc.

P

Padrão de segurança da despesa - Indicador, medido em percentagem, que corrige a sazonalidade, tendo em conta a distribuição intra-anual da despesa em análise ao longo dos últimos quatro anos. Os valores considerados são os relativos à dotação corrigida.

Passivos financeiros (receita) - Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo (*vide* Classificador Económico).

Passivos financeiros (despesa) - Operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avals ou garantias (*vide* Classificador Económico).

PAEF - Programa de Ajustamento Económico e Financeiro

Limites PAEF - O saldo das administrações públicas em contabilidade pública, ajustado de acordo com os **critérios PAEF**, definido em sede de Orçamento do Estado aprovado, constitui o limite anual a considerar em termos orçamentais. Este limite anual é transposto para limites intercalares trimestrais.

Critérios PAEF - O Memorando Técnico de Entendimento (ou TMOU - Technical Memorandum of Understanding), estabelecido no âmbito do programa, define os critérios segundo os quais são apurados os agregados de contas públicas para efeitos de avaliação de cumprimento do Programa. Neste âmbito, a receita, a despesa e o saldo das administrações públicas (AP), em contabilidade pública, são objeto de correção expurgando o efeito de determinadas operações identificadas na Conta Consolidada da Administração Central e no quadro relativo ao saldo das AP - exemplo: Fundos de Pensões integrados no Estado ou na CGA.

Programa orçamental – Abrange as despesas correspondentes a um conjunto de medidas de carácter plurianual que concorrem, de forma articulada, para a concretização de um ou vários objetivos específicos, relativos a uma ou mais políticas públicas.

Q

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) - Documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia (*vide* Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho).

Glossário

R

Receita consignada – Receita que a título excepcional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

Receita efetiva - Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

Estado - Total da soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros” (vide Classificador Económico);

Restantes subsectores - Toda a Receita, com exclusão dos “ativos financeiros”, “passivos financeiros” e “saldos da gerência anterior”.

Receita própria – Cobranças efectuadas pelos serviços ou organismos do Estado, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por Lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos.

Receitas correntes - Referem-se as receitas que se renovam em todos os períodos financeiros.

Receitas fiscais – Receitas provenientes de impostos, sendo o financiamento que o setor público extrai do setor privado sob a forma coerciva, como meio de contribuir para o financiamento geral da atividade pública.

Remunerações certas e permanentes – Consideram-se todas as remunerações pagas como forma principal de retribuição dos trabalhadores em funções públicas, assumindo, assim, um carácter certo e permanente.

Reposições não abatidas nos pagamentos – Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam (vide Classificador Económico).

Rubrica de classificação económica – *Item* de receita ou despesas pública que tem associado um dado código e uma designação segundo uma classificação por natureza da operação económica que lhe dá origem.

S

Saldo Corrente - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo Capital - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo global - Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

Saldo Primário - Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária

Saldo orçamental – Diferença entre Receitas de Estado e Despesas de Estado.

Serviços e Fundos Autónomos (SFA) - Organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, regime que assume um carácter excepcional face à regra geral (autonomia administrativa). Excluindo os casos em que tal decorre de imperativo constitucional, este regime apenas pode ser atribuído a serviços que satisfaçam, cumulativamente, certos requisitos: Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas; Quando se justifique para a adequada gestão (em particular a gestão de fundos comunitários); E as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pela União Europeia.

(vide artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental e art.º 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).

Subsídios – Fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos. Consideram-se ainda “Subsídios” as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional (vide Classificador Económico).

T

Transferências correntes – Verbas destinadas a quaisquer organismos ou entidade, para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador (vide Classificador Económico).

Transferências de capital – Recursos financeiros que se destinam a financiar despesas de capital das unidades receptoras (vide Classificador Económico).

V

VH - Taxa de variação homóloga - Variação relativa (medida em percentagem) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.